

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE FRANCA**

PAULO CÍCERO NASCIMENTO NEVES FERNANDES

**VARIAÇÕES CAMBIAIS E SEU IMPACTO NA IMPORTAÇÃO
BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1999 A 2013**

**FRANCA
2014**

PAULO CÍCERO NASCIMENTO NEVES FERNANDES

**VARIAÇÕES CAMBIAIS E SEU IMPACTO NA IMPORTAÇÃO
BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1999 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Uni-FACEF Centro
Universitário de Franca, para obtenção do
título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Elvisney Aparecido
Alves.

**FRANCA
2014**

PAULO CÍCERO NASCIMENTO NEVES FERNANDES

**VARIAÇÕES CAMBIAIS E SEU IMPACTO NA IMPORTAÇÃO
BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1999 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Uni-FACEF Centro
Universitário de Franca, para obtenção do
título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Franca, 26 de novembro de 2014.

Orientador (a) _____
Nome: Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves
Instituição: UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a) _____
Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettanello
Instituição: UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a) _____
Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa
Instituição: UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico aos meus pais, Adriano e Giovana, ao meu irmão Pedro Henrique e a minha namorada Caroline, que me apoiaram ao longo desse processo de formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus por me proporcionar sabedoria, discernimento, paciência e dedicação, para que fosse possível a elaboração deste trabalho;
- ao meu orientador, o prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves, pela dedicação e auxílio;
- aos amigos formandos; e
- ao Uni-FACEF.

Um homem pode ser tão grande quanto ele queira ser. Se você acredita em si mesmo e tem coragem, determinação, dedicação, iniciativa competitiva e se você está disposto a sacrificar as pequenas coisas da vida e pagar o preço pelas coisas que valem a pena, isso pode ser feito.

Vince Lombardi

RESUMO

O estudo descrito neste trabalho de conclusão de curso, consiste em analisar os impactos das variações cambiais sobre a importação brasileira no período de 1999 a 2013. Para isso, é realizado um retrospecto a fim de verificar a necessidade das trocas internacionais, iniciando nos primórdios da humanidade, percorrendo assim pela Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea. Este retrospecto embasa a discussão sobre a importância do comércio exterior para a economia, e para o bem estar do homem. Após apresentar a importância desta relação de troca com os demais países, será abordado a necessidade da moeda como meio facilitador das trocas internacionais, é discutido o conceito de câmbio e como o valor do mesmo se constitui. As políticas de controle da taxa cambial e, as variações cambiais ocorridas no intervalo entre os anos de 1999 a 2013 são apresentadas. Para identificar a relação de troca entre o Brasil e o resto do mundo, é preciso examinar a demanda por produtos externos, assim é possível encontrar quais os motivos que levam a esta demanda internacional, e quais foram os volumes demandados no período que se enquadra a análise deste trabalho. Para concluir a análise dos impactos das variações cambiais sobre a importação brasileira as duas variáveis serão relacionadas utilizando o conceito de elasticidade, de forma semelhante à elasticidade preço-demanda, de posse deste conceito, as oscilações das taxas cambiais serão confrontadas com as oscilações do volume de importação, e assim será apresentada a sensibilidade das importações dado as variações na taxa de câmbio.

Palavras chave: Comércio Exterior. Economia Internacional. Câmbio. Importação brasileira. Elasticidade.

ABSTRACT

The study described in this work for completion of course, is to examine the impact of exchange rate changes on Brazilian imports for the period 1999 to 2013. To this end, we conducted a retrospective in order to verify the necessity of international trade, starting from the beginning of humanity thus discoursing the antiquity, Middle Ages, Modern and Contemporary Age. It was observed that the importance of foreign trade for the economy and for the welfare of man. After presenting the importance of this exchange relationship with other countries, we discussed the need for money as a facilitator of international trade, we point out the concept of exchange and how the value is the same, we present what are the political control of the exchange rate, we identified also, the cambais variations in the interval between the years 1999 to 2013. to identify the relationship of exchange between Brazil and the rest of the world, we examine the demand for foreign products, thus we identify the motives that lead to this international demand, and what were the defendants in the period level that fits the analysis of this work. To conclude the analysis of the impacts of exchange rate changes on Brazilian imports will relate the two variables using the concept of elasticity, similar to the price-demand elasticity, in possession of this concept forms confront the oscillations of the forward exchange rates vs. the fluctuations in the level of imports and thus identify the sensitivity of imports given the variations in the exchange rate.

Keywords: Foreign Trade. International Economics. Exchange. Brazilian import. Elasticity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico: Oferta e Demanda Cambial	45
Figura 2 – Fluxograma: Mercado de Câmbio	49
Figura 3 – Gráfico: Variação mensal da taxa de câmbio 1999 - 2013	60
Figura 4 – Gráfico: Importação mensal brasileira – 1999 a 2013	76
Figura 5 – Gráfico: Curva típica de Demanda	80
Figura 6 – Gráfico: Evolução da taxa de câmbio e da importação brasileira (1999 – 2013)	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens da valorização e desvalorização do Real ..	57
Quadro 2 – Coeficientes técnicos de produção (em horas de trabalho)	68
Quadro 3 – Produção e consumo em autarquia	69
Quadro 4 – Produção e consumo com especialização e comércio	70
Quadro 5 – Produção mensal Estados Unidos x Brasil	73
Quadro 6 – Análise do comércio internacional no modelo ricardiano	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Importações brasileiras.....	75
Tabela 2 - Cálculo anual da elasticidade-importação-câmbio.....	82
Tabela 3 - Cálculo da elasticidade-importação-câmbio do período	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ECONOMIA INTERNACIONAL	16
1.1. ANTIGUIDADE.....	16
1.2. IDADE MÉDIA.....	21
1.3. IDADE MODERNA.....	22
1.3.1.Era dos descobrimentos	22
1.3.2. Mercantilismo	24
1.3.3. Liberalismo Econômico	28
1.4. IDADE CONTEMPORÂNEA	32
1.4.1. Globalização	32
1.4.2. Interdependência internacional	33
2. CÂMBIO	37
2.1. FUNÇÕES DA MOEDA.....	37
2.2. DETERMINAÇÃO CAMBIAL.....	43
2.3. REGIME CAMBIAL E CONTROLE CAMBIAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1999 A 2013.....	51
2.4. VARIAÇÕES CAMBIAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1999 A 2013...59	
3. COMÉRCIO EXTERIOR E A IMPORTÂNCIA DA IMPORTAÇÃO	61
3.1. COMÉRCIO EXTERIOR	61
3.2. DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	63
3.3. VANTAGENS ABSOLUTAS – ADAM SMITH	66
3.4. VANTAGENS COMPARATIVAS – DAVID RICARDO	71
3.5. IMPORTAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1999 A 2013	75
4. ANÁLISE DA ELASTICIDADE ENTRE TAXA DE CÂMBIO E IMPORTAÇÃO	78
4.1. CONCEITO DE ELASTICIDADE	78
4.2. CÁLCULO DA ELASTICIDADE-CÂMBIO-IMPORTAÇÃO DO PERÍODO DE 1999 A 2013.....	81

4.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO CÁLCULO ELASTICIDADE- CÂMBIO-IMPORTAÇÃO.....	83
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as variações cambiais, ocorridas no intervalo de tempo entre os anos de 1999 a 2013, e o impacto dessas oscilações sobre a importação brasileira do mesmo período. O foco principal é identificar qual é a sensibilidade que relaciona essas variáveis, ou seja, qual o grau de elasticidade da importação brasileira, dado as oscilações cambiais, dessa forma, será possível determinar qual é o impacto da variação cambial sobre a importação brasileira.

Atualmente o cenário comercial entre os países é pauta de diversas discussões entre as nações, e entre os agentes envolvidos neste mercado. Este assunto está constantemente presente em debates e anúncios políticos, bem como, em priorizações governamentais. Baseado neste cenário em que o tema está constantemente em evidência, devido a sua importância, justifica-se a necessidade de examinar e identificar qual a sensibilidade que está envolvida no relacionamento das variáveis: câmbio e importação, variáveis estas que são fruto da movimentação deste mercado internacional.

Neste estudo foi utilizado o método dedutivo, onde se busca através da razão o conhecimento verdadeiro. Por isso, foi necessário averiguar os motivos que levam o homem a se relacionar comercialmente com regiões distantes, além disso, houve a necessidade de conhecer por que o câmbio é o instrumento facilitador das trocas internacionais e como se dá o seu valor, e o seu controle. Para auxiliar nesta averiguação utiliza-se a técnica de documentação indireta, pois a pesquisa se baseou em consultas bibliográficas e documentais. Com o intuito de viabilizar e garantir a qualidade deste trabalho, as fontes de embasamento são: fundamentações dos clássicos econômicos, documentos oficiais, publicações sobre o assunto e artigos específicos.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo eles:

- 1) Economia Internacional;
- 2) Câmbio;
- 3) Comércio exterior e a importância da importação; e
- 4) Análise da elasticidade entre a taxa de câmbio e a importação

No primeiro capítulo é descrito um breve entendimento de como se deu a evolução da economia internacional, partindo do período da Antiguidade, transitando também pela Idade Média e Idade Moderna, destacando os fatos que alavancaram o comércio internacional, essa parte do trabalho é finalizada ressaltando o importante acontecimento da Idade Contemporânea, que foi a Globalização e o laço de Interdependência entre as nações.

No segundo capítulo será abordado os conceitos de câmbio, e como ocorre a determinação do valor entre as duas moedas envolvidas no processo de troca, ou seja, como a taxa cambial é determinada através da oferta e demanda por moeda estrangeira. Neste trecho é destacado as principais políticas cambiais e suas aplicações no Brasil durante os anos de 1999 a 2013. As oscilações cambiais do período foram apresentadas neste capítulo.

Na terceira parte será discutida qual a importância da relação comercial entre os países, neste trecho o enfoque será em destacar qual a relevância da importação nessa prática de troca, para isso, o processo de divisão do trabalho é detalhado e apresentam-se as visões clássicas de Adam Smith e David Ricardo que tratam, respectivamente, das Vantagens Absolutas e das Vantagens Comparativas. No final deste capítulo as variações da importação brasileira são apresentadas de acordo com os anos em análise.

No quarto e último capítulo, é demonstrado através do cálculo de elasticidade-câmbio-importação, qual o nível de sensibilidade entre as oscilações cambiais e as oscilações do volume de importação. Para verificar qual o grau de impacto de uma variável sobre a outra, é utilizado o conceito de *ceteris paribus*, onde possibilita analisar as variáveis de forma isolada, ou seja, não se faz necessário atentar-se aos demais componentes da conjuntura econômica.

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

O homem no decorrer da história apresenta constante evolução, o mesmo ocorre com as Ciências que almejam explicar as atividades que participam do dia a dia do ser humano. Por isso, é necessário retroceder na história para identificar as mudanças que hoje são participantes da rotina do homem.

1.1. ANTIGUIDADE

O ser humano, para sobreviver, precisa satisfazer suas necessidades básicas, pois, sem as quais morreria. No início da existência humana essas necessidades se limitavam extremamente ao básico: alimentos, vestuário e habitação. No período pré-histórico o homem buscava satisfazer todas as suas necessidades básicas através da natureza e dos recursos por ela oferecidos, sendo assim, a natureza era tida como o principal meio produtor deste período, a produção natural apresenta uma constante transformação e uma vasta sazonalidade. Esses dois fatores dificultavam a vida sedentária do homem, por isso, neste período os grupos humanos eram, em sua maioria, nômades, pois, precisavam se locomover constantemente a procura de alimentos e recursos naturais. Até este momento o homem produzia apenas seus artefatos de caça e seus vestuários, essa produção era muito primitiva.

Com toda a dificuldade de locomoção e com as constantes transformações da natureza o homem foi forçado a produzir os bens que iriam suprir suas necessidades básicas. Para isso, o domínio das técnicas de agricultura, a domesticação dos animais e a construção de domicílios foram essenciais para fixação do homem em determinado território, com o início dessas transformações o homem se tornou sedentário.

A busca incessante por alimentação e/ou matérias-primas e/ou a dispersão causada pelas lutas territoriais fizeram com que os homídeos se deslocassem por áreas muitas vezes inóspitas ou o próprio ambiente assim mostrava quando das glaciações, e os primitivos tiveram que cobrir seus corpos cada vez mais desprovidos de pelos. Os animais agora não serviam apenas como fonte de alimentos, mas de vestimentas (feitas com suas peles) e de instrumentos mais elaborados (feitos com seus ossos e chifres). Mesmo naquela época, a caça não era tão farta assim, de forma que os homídeos tiveram que domesticar e criar esses animais. Tornaram-se,

então, cada vez menos nômades e assumiram uma postura sedentária, para os padrões de então, ao desenvolverem a agricultura e a criação de animais (NAVARRO, 2006, p.2).

Com o início do sedentarismo e com a evolução das práticas agrícolas e pecuárias, os homens deixaram de explorar somente a natureza, e começaram a produzir seus próprios bens de consumo, esses bens eram úteis para satisfazer as necessidades básicas e garantir a sobrevivência, a expansão e o desenvolvimento do homem. Porém, concomitantemente a evolução do homem as suas necessidades também evoluíram e se tornaram cada vez maiores. Com o aumento dos anseios do povo o produtor primitivo se deparou com a necessidade de produzir cada vez mais bens para garantir a satisfação dos anseios da população.

Devido ao aumento na demanda, foi necessário que o produtor se torna mais eficaz, para isso, foi preciso que o mesmo determinasse para cada trabalhador quais as atividades que eles deveriam realizar durante o processo de produção dos bens demandados para o sustento do homem, assim, nota-se que começa a surgir a divisão do trabalho, conforme Maia (2003, p. 24): *“O ser humano percebeu que era difícil produzir tudo que precisava. Era mais fácil fazer dez coisas iguais do que sete diferentes”*. Fruto dessa arcaica divisão do trabalho e a precariedade de matéria prima, dada à limitação técnica e de capacidade para exploração, o homem e suas aldeias se dedicaram a produzir o que de melhor conseguiam. A divisão do trabalho inicia o processo de especialização e qualificação, isso porque, com a repetição o homem se torna mais minucioso e preciso, além de mais ágil e prático.

Na contribuição de Maia (2003) é observado um paradoxo, pois, o homem passa a produzir apenas determinados bens em detrimento de produzir outros, porém as suas necessidades pelos outros que não produz sistematicamente não diminui e, às vezes, até aumentam. Como consequência deste paradoxo surge a troca. A produção especializada e em grande quantidade gera um excedente, esse excedente será trocado por bens que as aldeias não produzem, mas, que necessitam, assim temos os primeiros passos do comércio.

Quando no começo dos tempos, na mais remota antiguidade, o homem primitivo percebeu que outro seu semelhante poderia necessitar de um produto que a ele sobrava, estabeleceu-se o primeiro ato de comércio. Quando se descobriu que uma necessidade podia ser satisfeita ou quando se encontrou mercado para um produto; quando o homem primitivo compreendeu que podia fazer uma troca com vantagem, nasceu então o espírito comercial (ROSA, 1982, p. 29).

Segundo Rosa (1982) com o decorrer do tempo o homem evolui suas habilidades de produção e principalmente sua inteligência e cultura social, as trocas entre os povos se intensificam e o comércio adquiriu cada vez mais amplitude, com isso, a internacionalização das trocas começa a se manifestar entre as relações dos povos.

Rosa (1982) destaca que os egípcios foram os primeiros a se destacarem no ramo mercantil internacional, eles produziam; tecidos com o linho cultivado, magníficos panos bordados que eram empregados como ornamentos sacerdotais, objetos de cristal, imitações de pedras preciosas de várias cores, artesanatos de madeiras, couro e metal, além de porcelanas e vasos de argila. Com toda essa variedade o Egito figurou-se na época como centro cultural de indústrias diversas, mas cabe destacarmos que a principal atividade econômica dos egípcios era a agricultura, a indústria e o comércio ficavam em segundo plano.

Por volta do ano 600 antes de Cristo, o Egito intensifica suas trocas com Grécia após abrir seus portos aos navegantes gregos, assumindo assim o posto de um dos principais núcleos do comércio mundial da antiguidade. Porém, os egípcios tinham uma grande dificuldade em distribuir as mercadorias que produziam, essa dificuldade era oriunda, da falta de madeira para produzir embarcações e dos preceitos sacerdotais de aversão à água. Esses dois fatores limitavam as navegações marítimas e a expansão do comércio egípcio.

Segundo Rosa (1982) o povo fenício priorizou a indústria e o comércio em suas atividades econômicas, pois, a agricultura do país era ineficiente. A prioridade por essas atividades econômicas fez com que o país sobrevivesse.

A ineficiência do solo fez com que os fenícios se tornassem íntimos do mar que era tido como a principal fonte de suprimentos alimentícios. Os fenícios foram educados para a navegação, diferente do que ocorria no Egito. Essa grande intimidade com as águas gerou uma importante vantagem para a expansão das atividades econômicas priorizadas pelo povo fenício, outra grande vantagem que os fenícios dispunham era a abundância de madeira oferecida pelas matas de cedro do Líbano, essas madeiras eram utilizadas na produção de navegações.

A grande relação com o mar adicionado à abundância de madeira, foram as grandes vantagens que o povo fenício obtinha naquela época, essas vantagens tornaram favorável a expansão do comércio deste povo. Além da intimidade com o mar e da abundância de madeira, a posição geográfica deste país

era muito favorável, o mesmo situava-se em frente aos países fecundos da bacia do Mediterrâneo e tinha ao seu lado as regiões de maior desenvolvimento cultural e industrial. Todos esses diferenciais proporcionaram aos fenícios que se tornassem o ponto central do comércio da época. Os principais parceiros de troca dos fenícios eram a Babilônia e o Egito.

Conforme ressaltado por Rosa (1982), com a exploração das trocas o povo fenício deixou de lado a inovação em seus produtos industrializados, por tempos este povo ficou conhecido pelo domínio sobre os trabalhos em metal, porém com a evolução dos estudos identificou-se que na verdade as peças por eles produzidas não passavam de imitações dos trabalhos realizados pelos egípcios, outra grande inovação tida equivocadamente como originada pelos fenícios foi o vidro, este também foi desenvolvido pelo povo do Egito. A grande inovação desenvolvida pelos fenícios foi à tinta de tecido extraída da concha de púrpura, esta tintura rendeu um grande diferencial nas vestimentas de luxo dos asiáticos, as roupas que continham essa tintura significavam um status de nobreza para os países da Ásia e também para o Ocidente.

A sabedoria dos fenícios em detectar as tendências, e, as mudanças nos anseios dos seus parceiros de troca, subsidiaram a flexibilização do comércio e a contínua expansão e qualificação dessa atividade econômica realizada por esse país. A centralização e o domínio do comércio mundial vieram como consequência da evolução nas trocas realizadas por este povo.

Como mestres na navegação, não existe qualquer dúvida de que deram tal impulso ao tráfico marítimo no Mediterrâneo, que foram nele os primeiros portadores de cultura, difundindo as invenções feitas pelo Egito e Ásia. Concentraram em suas mãos todo o comércio mundial daquela época e na história dos grandes monopólios mercantis, o modo de proceder dos fenícios foi considerado como digno de exemplo por vários séculos (ROSA, 1982, p.35).

Os gregos tiveram a ousadia de procurar por conta própria os bens antes intermediados pelos fenícios, assim, iniciou-se a quebra da hegemonia mercantil que predominava no mundo até então. A iniciativa grega foi bem sucedida e o país passou de agrícola para industrial e mercantil. A agricultura do país não era muito produtiva, mas, o mel, azeite e vinho eram produzidos em grande quantidade e por serem de ótima qualidade eram cobiçados e exportados. Os produtos que sofriam transformações para serem exportados eram: couro, fundição, manufatura de armas e magníficas argilas.

A relação internacional dos gregos tinha como objetivo ser cada vez mais expansionista e atingir parceiros mais longínquos, com essa ousadia a expansão grega foi acelerada e como consequência os portos fenícios se enfraqueciam gradativamente. Os gregos começaram a se relacionar diretamente com a Índia, China, norte da África, Sicília, Baixa Itália, sul da França, e diversos outros países. Segundo Rosa (1982), essas relações eram crescentes por dois motivos:

1) o crescimento da atividade fabril da Grécia foi alicerçada na importação de mão de obra escrava;

2) o solo grego era infecundo e a demanda por alimento era crescente.

Com o sucesso da expansão do comércio grego Atenas passa a ser considerada a metrópole do tráfico mercantil, e os gregos deixam de ser apenas intermediários e passam a buscar diretamente as mercadorias que necessitavam.

Segundo Roratto (2006), a introdução da moeda metal ocorreu por volta do século VII a.C., inicialmente as moedas foram utilizadas pelos gregos em suas transações comerciais. Assim, Atenas tornou-se um grande centro comercial da antiguidade, pois havia uma ampla aceitação de circulação de moedas em seu território. Além disso, o país detinha uma posição geográfica privilegiada no Mar Mediterrâneo.

De acordo com Rosa (1982) o principal nome da expansão do comércio grego foi Alexandre Magno, este abriu novos caminhos ao comércio mundial grego e consigo levou os costumes e a cultura de seu país ao coração da Ásia. Em maioria suas expedições tinham caráter militar, mas, dada a oportunidade de expansão mercantil as expedições tinham também caráter exploratório. Alexandre fundou várias cidades com finalidade militar, que posteriormente converteram-se em centros de colonização grega. Essas localidades se posicionavam em pontos estratégicos para as rotas mercantis e por isso, atraíram inúmeros imigrantes gregos, essa grande imigração somada às transformações das rotas comerciais impactaram negativamente na vida comercial de Atenas, que sofreu gradativamente mudanças em seu cenário comercial.

A principal cidade fundada por Alexandre Magno foi Alexandria, esta era situada na costa do Egito, um país riquíssimo. Alexandria tinha duas grandes vantagens, o único rio do país desaguava em seu território e a cidade se encontrava no limite de duas partes do mundo, com a exploração dessas vantagens a cidade se

desenvolveu em ritmo acelerado e se tornou a praça comercial mais grandiosa do mundo antigo. Mais tarde o Egito foi conquistado pelos romanos e a partir deste período Roma passa então a figurar com grande importância no cenário mercantil da antiguidade. Alexandria logo se tornou uma das capitais do império romano e pelos seus portos transitava todas as mercadorias comercializadas com os asiáticos e os árabes. Com isso, os portos fenícios e gregos foram perdendo cada vez mais espaço no comércio da antiguidade.

Segundo Rosa (1982, p.48): “*A evolução do comércio mundial acelerou-se quando o mar Mediterrâneo deixou de ser a única linha mercantil entre o Oriente e o Ocidente*”. Baseado no exposto, é notório o grande anseio dos países em se relacionarem com a máxima magnitude possível.

Na antiguidade a maioria das trocas eram realizadas através do escambo, com o surgimento dos metais nobres é que as trocas começaram a se caracterizar como a relação entre mercadoria e moeda.

1.2. IDADE MÉDIA

Na Idade Média, a Europa viveu sob o regime feudal. Maia (2003) destaca que politicamente este regime, significava enfraquecimento do poder central, isto é, o poder do rei, e o fortalecimento do poder dos nobres (duque, conde etc.). O feudalismo estabelecia uma dependência econômica muito grande entre o nobre (suserano) e o povo (vassalo).

Isso porque, o povo dependia da concessão territorial do nobre para trabalhar (feudo) e sobreviver (gleba), assim, o pagamento de tal concessão era realizado pela produção oriunda da força de trabalho do povo (servos). Dessa forma, o nobre dependia do povo para produzir.

Neste período da história Roratto (2006) destaca que na Europa, ainda sob o regime feudal, ocorreram as cruzadas, e que estas estimularam o comércio com o Oriente. Maia (2003) corrobora dizendo que a intensificação das cruzadas estimulou o comércio com o Oriente, pois este movimento introduziu na Europa bens novos e exóticos vindos, em maioria, desta localidade. Assim, os europeus tornaram-se grandes mercadores. O autor acrescenta que:

Nesse período, surgiram as primeiras grandes feiras internacionais, reunindo comerciantes de diversos países europeus. Isso obrigou o aparecimento dos trocadores de moedas que, com o tempo, se transformaram os primeiros banqueiros. (MAIA, 2003, p. 84)

As feiras internacionais ocorriam no entroncamento das principais rotas marítimas da época. Segundo Roratto (2006), as principais rotas marítimas, naquele tempo, eram as rotas do Mediterrâneo, do mar do Norte e da Champanha, essa última é destacada pelo autor como a principal rota da Europa. As cidades que formavam o centro de convergência das principais rotas comerciais eram segundo Roratto (2006): Veneza, Gênova, Amalfi, Gaeta e a região de Flandres. A mais famosa das feiras foi a da Champanha, na região leste da França.

De acordo com Roratto (2006, p.16): *“as feiras tiveram grande importância no florescimento comercial e urbano da Baixa Idade Média”*. Com este apogeu comercial o uso do dinheiro passou a ser mais evidente, *“sendo a moeda insuficiente, criaram-se outros recursos financeiros, como as letras de feira, de câmbio, de crédito, operadas pelos cambistas, ou banqueiros”*. (RORATTO, 2006, p. 16)

1.3. IDADE MODERNA

O Regime Feudal sucedido pelas cruzadas deram experiência e subsídio para a expansão da atividade comercial do homem. Na Idade Moderna essa expansão ganha escala e cria novos movimentos em prol da internacionalização do comércio.

1.3.1. Era dos descobrimentos

Carmo (2006) destaca que a queda de Constantinopla atrelada à expansão marítima europeia, fez com que o comércio se expandisse de forma acentuada. Países como Portugal, Espanha e Holanda iniciaram esse processo em busca de novas alternativas de crescimento dos seus negócios, para que assim aumentassem suas riquezas.

O desenvolvimento do comércio somado ao crescimento dos grandes centros urbanos, gerou como consequência uma superprodução de artefatos. Deste

modo houve um excedente de produtos artesanais, onde a população foi insuficiente em realizar o consumo total dessas mercadorias.

Segundo Roratto (2006), mesmo as feiras internacionais não conseguiam escoar toda a produção, assim, a solução encontrada foi à expansão do comércio para novos mercados, fora da Europa. Essa expansão fazia-se necessária, pois além da superprodução de artefatos, a produção agrícola era insuficiente, e ainda era voltada para a subsistência dos feudos, com isso, além de novos mercados consumidores a expansão procurava por novos fornecedores.

Maia (2003, p.84) corrobora destacando que: *“o comércio exterior cresceu como consequência natural da expansão geográfica do mundo. Com a invenção da caravela e da bússola, o caminho para o Oriente passou a ser feito por navios em vez de por caravanas”*. Cabe destacar, que a demanda por especiarias, foi também um dos fatores que motivou os europeus a expandirem seu comércio internacional, através das grandes navegações.

A falta de metais preciosos para cunhagem de moedas na Europa, essenciais ao comércio, foi outra causa econômica da expansão marítima, pois era urgente procurar novas minas de metais preciosos, ou recuperar moedas através do fornecimento de mercadorias no comércio internacional. (RORATTO, 2006, p. 18)

Maia (2003, p. 84) ressalta que, dada à expansão comercial, *“a Europa ficou conhecendo e consumindo produtos até então desconhecidos, como tabaco, milho, batata e tomate”*.

Essa inserção de novos produtos no mercado consumidor, fez com que o comércio ficasse muito lucrativo. Dado este potencial lucrativo, Maia (2003, p. 84) destaca que: *“com uma viagem bem sucedida, o comerciante ficava milionário; por isso, ele começou a ganhar um status social mais importante”*. Para tanto Sodré (1962) desta que:

Há vários aspectos que merecem ser destacados no comércio das especiarias e que o caracterizam de forma única. Em primeiro lugar, para o mercador europeu não interessava o modo como era produzida a especiaria; encontra-a pronta e com uma população organizada para tanto. Não objetivava organizar a produção, ou melhorar sua produtividade. Em segundo lugar, para o mercador europeu importava compra-la pelo preço mais baixo, e vendê-la nas praças europeias pelo preço mais alto, pois seu ganho estava no valor obtido pela diferença extraída dessa transação. Desse modo, o mercador não se ligava à produção da especiaria e tampouco ao seu consumo. Um terceiro aspecto é que a luta pela concorrência e a disputa do fornecimento em regime de monopólio transformaram, gradativamente, a atividade comercial em atividade predatória, necessitando de um dispêndio muito grande de recursos para alimentar essa prática. (SODRÉ, 1962. APUD, DIAS, 2007, p. 21)

Conforme Saroni apud, Roratto (2006, p. 17), “a expansão marítima europeia foi um dos mais importantes acontecimentos do início da Idade Moderna”.

Segundo Maia (2003) na Idade Moderna os governos centrais se tornaram mais fortes, ao contrário do que ocorreu na Idade Média.

Segundo Dias (2007), a partir do século XIV, com as grandes navegações, surge uma nova rota comercial através do Atlântico Sul rumo ao Ocidente. Com isso, as trocas comerciais se intensificam e a burguesia europeia se fortalece. Pois, sua capacidade de acumulação aumenta de forma substancial, propiciada pela expansão dos mercados com a descoberta da América, a exploração da África e dos países do Oriente.

A expansão marítima europeia determinou grande florescimento comercial, e, com a acumulação de lucros, consolidou o poder da realeza, ensejando a implantação das poderosas monarquias nacionais. Com isto, também implantou-se a e desenvolveu-se o projeto colonial que mudou o pólo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico. (RORATTO, 2006, p. 18)

Para Dias (2007), esse processo de acumulação constituiu-se devido a exploração das minas de ouro e pratas Américas, a escravização do negro africano e na prática predatória das companhias de exploração das grandes potências coloniais em todo o mundo.

Maia (2003) destaca que a expansão do comércio internacional atrelado ao aumento da necessidade pelo uso do dinheiro, fez surgir o Mercantilismo.

1.3.2. Mercantilismo

De acordo com Rios (1972), o mercantilismo foi uma fase na evolução histórica do capitalismo, é destacado pelo autor que o mercantilismo não teve nenhuma teorização, embora alguns expoentes destas ideias tenham sido praticados por agentes econômicos a fim da obtenção de certos resultados. Então, Rios (1972, p. 256) sintetiza que o mercantilismo “nunca passou de uma série de práticas visando atingir certos objetivos empíricos”.

Dias (2007) corrobora observando que o mercantilismo trata-se de um conjunto de práticas e ideias adotadas pelos Estados absolutistas de períodos passados.

(...) o mercantilismo deve ser entendido como o conjunto de ideias e práticas econômicas que caracterizam a história econômica europeia e,

principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante o período situado entre os séculos XV/XVI e XVIII. Nesse sentido, entendemos que a definição de Maurício Doob – “o mercantilismo foi essencialmente a política econômica de uma era de acumulação primitiva” – é, ainda, bastante esclarecedora, se entendermos essa acumulação primitiva como a acumulação prévia de Adam Smith, ou seja, um período anterior à existência da produção capitalista propriamente dita enquanto forma ou modo de produção dominante, como diria Marx, durante o qual diversas formas de acumulação de capital, não capitalista por definição, tiveram lugar. (FALCON, 1981, p. 12)

Conforme Dias (2007) o intervalo de tempo contido entre os séculos XVI e metade do século XVIII (aproximadamente entre os anos 1500 e 1750), ficou conhecido como a era da “Revolução Comercial”. Estes anos foram fundamentais para o estabelecimento da economia internacional e para a consolidação de uma nova forma de organização política: o Estado Nacional.

Do ponto de vista do comércio internacional, foi durante esse período que se estabeleceram as bases conceituais de todas as futuras teorias de comércio exterior, que foram e são praticadas até os dias atuais. Além disso, as teorias e práticas econômicas, que no seu conjunto denominamos hoje de mercantilistas, contribuíram para a organização e a consolidação do Estado nacional como o principal agente econômico no plano mundial. (DIAS, 2007, p. 15)

O rei de Portugal, antecipando-se aos demais reinos, no século XV, centraliza o poder do Estado assumindo assim o poder absoluto. Com isso, submete a nobreza e estrita os vínculos com os comerciantes. Segundo Dias (2007), esta iniciativa portuguesa de se tornar Estado absolutista, logo se espalha para Espanha, França e Inglaterra.

Antes do aparecimento do Estado nacional, em diferentes épocas existiram unidades governamentais sob a forma de comunas, cidades-Estados e feudos. As unidades econômicas formaram nesta ordem: a família, o feudo, a comunidade da vila, a cidade e a liga das cidades. Os Estados centralizados, portanto, eram diferentes de tudo o que existira anteriormente, sugeriram gradativamente e desenvolveram medidas econômicas especializadas, dinheiro e crédito, e instituições e práticas comerciais, com a finalidade de se tornarem auto-suficientes. (BELL, 1982. APUD, DIAS, 2007, p. 25).

“Com o surgimento destes novos Estados, necessita-se de burocratas para administrá-los e comerciantes para financiá-los” (DIAS, 2007, p. 25). Segundo este autor o Mercantilismo surge com base nestes dois grupos sociais, os burocratas (administradores) e os comerciantes (financiadores). O primeiro grupo representa os burgueses mercantis, e o segundo grupo representa o Estado.

Neste momento segundo Dias (2007):

Predomina a ideia de que com o crescimento do comércio o Estado terá mais riqueza e, portanto, mais poder. Por outro lado, o poderio do Estado

podia assegurar segurança e rentabilidade as rotas marítimas, bem como os monopólios exigidos pelos comerciantes. (DIAS, 2007, p. 25)

Ocorrido à expansão marítima dos países da Europa, em especial Portugal, mais a descoberta da América. Segundo Dias (2007), o resultado de migração de metais preciosos para os europeus ocorreu de forma inesperada. Uma vez que as trocas das colônias só poderiam ocorrer com suas devidas metrópoles, além de a exploração das colônias também ser de posse da respectiva Metrópole colonizadora. Caracterizando assim o monopólio existente na época. Como fruto deste comércio compulsório por parte das colônias, relata-se que:

O primeiro carregamento de metais preciosos vem das Antilhas em 1503, em 1519 começa a pilhagem do tesouro dos astecas do México; em 1534, a dos incas do Peru. Segundo Beaud (1987: 21), “de acordo com os dados oficiais, dezoito mil toneladas de prata e duzentas toneladas de ouro foram transferidos da América para a Espanha entre 1521 e 1660”. (DIAS, 2007, p.26)

Assim, notam-se alguns indícios da afirmação de Maurício Doob, destacada anteriormente, onde o autor relata que o Mercantilismo foi essencial para a acumulação primitiva.

Segundo Dias (2007), devido esta exorbitante oferta de metais preciosos, oriundos da América e do comércio europeu, observou-se como consequência a revolução dos preços, pois a moeda passou a ser desvalorizada devido a este excesso de oferta.

Dias (2007) destaca que durante este período, o grande afluxo de ouro e prata das colônias para as metrópoles, despertou atenção de estudiosos que buscavam explicações para tal fenômeno econômico que decorria desse grande movimento dos metais preciosos. Alguns teorizavam sobre a importância de mantê-los ou trazê-los para a metrópole, para assim, preservar e aumentar a acumulação de tais metais preciosos.

Rossetti (1994, apud, DIAS, 2007), acentua que estes pensadores:

Entenderam que os grandes estoques de metais preciosos constituíam a própria expressão da riqueza nacional. Os Estados que dominavam as novas terras conquistadas, como Portugal e Espanha, deveriam mobilizar as colônias, no sentido de que essas lhes fornecessem as maiores quantidades possíveis de ouro e prata. Os principais pensadores econômicos da Península Ibérica nos séculos XVI e XVII recomendavam a conservação dos metais extraídos das novas colônias e advertiam que as balanças comerciais da Espanha e de Portugal deveriam ser sempre favoráveis, para que os Estados com os quais comerciassem não lhes cobrassem em lingotes de ouro e prata os eventuais déficits resultantes das transações internacionais. (ROSSETTI, 1994, p. 98, Apud, DIAS, 2007, p. 28).

Devido a todo este crescimento do comércio internacional, e o grande volume de oferta de metais preciosos, Dias (2007) destaca que os pensadores daquela época desenvolveram um conjunto de ideias que tornaram o comércio exterior um dos mais poderosos instrumentos de política econômica. *“A ideia central consistia em que os grandes estoques de metais preciosos constituiriam a própria expressão de riqueza nacional”* (DIAS, 2007, p.27).

Em síntese Carmo (2006) destaca que o Estado deveria:

- *possuir um exército numeroso (tendo como pressuposto o crescimento populacional);*
- *intensificar as atividades de comércio;*
- *acumular divisas (metais preciosos), ou seja, buscar o metalismo;*
- *defender os interesses internos;*
- *conquistar maior participação no comércio internacional, por meio do aumento das exportações;*
- *ênfatisar as atividades de comércio e manufatura (CARMO, 2006, p. 2).*

Conforme o exposto, é essencial para este trabalho, o destaque da importância dos metais preciosos no comércio exterior, visto que, estes metais eram na época a principal forma de pagamento nas transações de troca. Para os mercantilistas a acumulação desta forma de pagamento era o que denominava o quão poderoso os países eram economicamente.

Carmo (2006) também destaca que a constante busca por superávit na balança comercial, ou seja, exportar mais do que importar, fez com que surgissem as primeiras medidas de natureza protecionistas.

Para Thomas Mun (1664, apud, DIAS, 2007), as medidas protecionistas tinham o viés de que os impostos para importação fossem suficientemente altos ao ponto de desencorajar o consumo de bens estrangeiros. Para que assim houvesse a manutenção dos estoques de metais preciosos e conservação do status de riqueza do país. Dessa forma, as exportações deveriam ser quitadas em ouro e prata, porém os déficits das importações deveriam ser pagos por mercadorias, ou alguma outra forma, isso porque por determinado período foi proibida a saída de metais preciosos destes países metalistas.

O primeiro movimento nesse sentido tomado pelos governantes foi impedir que o ouro e a prata saíssem do reino: na Espanha, no início do século XVI, foi proibida a exportação de ouro e prata sob pena de morte; na França, proibiu-se a saída de numerário desde 1506, e depois em 1540, 1548 e 1574; na Inglaterra, houve tentativas em 1546 e 1576. (DEYON, 1985, Apud, DIAS, 2007, p. 30)

Segundo Carmo (2006), o cenário de constante crescimento do comércio versus o aumento das barreiras protecionistas, provocou pressões para a

redução de taxas alfandegárias entre as localidades, a fim de proporcionar ainda mais crescimento para tal atividade econômica. Assim, se iniciou a ascensão da burguesia comercial contra a nobreza, fato que de acordo com o autor, teria como desdobramento a passagem do modo de produção feudal para o capitalismo.

Este cenário de “bloqueio” ao livre comércio e maciças cargas tributárias que corroíam o poder de compra da população, gerou reivindicações, conforme Braga Filho (2008):

Entre as questões de índole econômica integravam o rol de reivindicações: os protestos da burguesia e dos camponeses quanto à abusiva carga tributária que sobre eles incidiam, a burguesia comercial clamava por maior liberdade face aos abusos cometidos pelos governantes no que tratava da excessiva regulamentação do Estado que restringia a liberdade de negócios e, a classe média em ascensão que pleiteava equiparação de poder político ao econômico. (BRAGA FILHO, 2008, p. 17)

1.3.3. Liberalismo Econômico

O conceito de liberalismo econômico, segundo Dias (2007), surgiu como uma repulsa a intervenção do Estado na atividade econômica, ação esta característica do período discorrido no tópico acima; o mercantilismo.

A participação cada vez mais intensa dos países em desenvolvimento no comércio internacional provocou o agravamento das pressões protecionistas nos países desenvolvidos com a proliferação das barreiras comerciais que afetam sensivelmente as exportações dos países emergentes. (RORATTO, 2006, p. 20)

A partir das pressões pela revogação das barreiras protecionistas do período mercantilista, surge uma corrente de autores que destacavam a importância do comércio exterior com base em mecanismos econômicos auto regulatórios. Assim, segundo Dias (2007), seria garantida a livre iniciativa das pessoas e das empresas como fator de estímulo ao desenvolvimento econômico. O conjunto de teorias que visavam substituir o mercantilismo por um sistema econômico em que o Estado estivesse ausente foi denominado de liberalismo.

Para Braga Filho (2008), o liberalismo econômico de tradição clássica buscava nas três grandes revoluções; a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, a argumentação que justificasse a revalorização dos ideais de liberdade, ao mesmo tempo em que enaltecia as virtudes do individualismo e da concorrência privada.

O pensamento liberal surge como uma reação ao enfoque intervencionista do Estado praticado até então durante o período mercantilista. Tal reação decorreu de práticas mercantis que foram sedimentadas por um forte sentimento de nacionalismo convergente à construção de estados fortes e soberanos que subordinavam a atividade econômica ao comando centralizador da autoridade estatal, caracterizado por sistemas de controles e regulamentações sobre os métodos de produção, trabalho, preços, etc. Por conseguinte, restringindo a liberdade de comércio e da própria atividade econômica. A concepção liberal, ao contrário, defendia um sistema econômico baseado na liberdade, no individualismo, na iniciativa particular com menos interferência do Estado. (BRAGA FILHO, 2008, p. 29)

Neste sentido Dias (2007) corrobora, dizendo que a o liberalismo econômico pode ser compreendido como a ausência do intervencionismo estatal na atividade econômica de um país, ou seja, o país aceitar a prática do comércio livre. Assim, o governo não realizaria ações com viés protecionista como tabelamento de preços e/ou barreiras alfandega. De modo que o preço final da mercadoria passa a ser estabelecido pela principal característica do mercado, ou seja, pela relação entre oferta e procura.

Ainda de acordo com Dias (2007, p. 73), a principal característica do liberalismo econômico reside na iniciativa individual, “*em que cada indivíduo em uma sociedade pode buscar desenvolver a atividade econômica que mais lhe interessar, obtendo com isso os meios para seu sustento*”. Dessa forma, o homem é livre pra produzir aquilo que trará melhor bem estar social. Além da produção, o homem também detém liberdade para negociar suas mercadorias com o mercado que lhe oferecer melhor retorno, seja ele interno ou externo.

Conseqüentemente, uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categorias de pessoas. (SMITH, 1983, v.22: 147, Apud, DIAS, 2007, p. 73)

Assim de maneira propulsora,

Estabelecendo, contudo, a liberdade de navegação (1849), a Inglaterra fez triunfar no ocidente o liberalismo econômico. O capitalismo, que favorecia a aplicação do vapor aos transportes marítimos e terrestres, multiplicou os meios de trocas nacionais e internacionais; a técnica desenvolveu o uso do gás, introduziu o da eletricidade e dotou a indústria de novos ramos de produção (produtos químicos e máquinas – ferramentas principalmente). O emprego da moeda fiduciária não cessou de estender-se. O Banco multiplicou os capitais de crédito. A sociedade anônima tornou-se o instrumento do capitalismo liberal. Pelos seus investimentos internacionais, o capitalismo privado criou uma solidariedade econômica internacional estreita e fecunda, em que os países industrializados participaram do equipamento econômico dos outros, enquanto que o caráter internacional da economia colocava os países no caminho da especialização industrial ou

agrícola. O liberalismo econômico dava assim ao mundo, sob o influxo da Inglaterra e dos países ocidentais, um novo equilíbrio e uma prosperidade até então desconhecida. (PIRENE, 1973, p. 294, Apud, BRAGA FILHO, 2008, p. 30)

Segundo Braga Filho (2008), essa nova configuração econômica advinda do renascimento do comércio internacional e da Revolução Industrial, aplicou a consequência de intensificação das trocas nacionais e internacionais. Essa intensificação fez aumentar o emprego da moeda enquanto instrumento facilitador de trocas. O uso intenso da moeda atrelado à evolução das sociedades anônimas foram os grandes pilares do capitalismo liberal. Conforme o pensamento de Smith, esta intensificação das trocas resulta da ampliação dos mercados, pois:

Como é o poder de troca que leva a divisão do trabalho assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade. (SMITH, Apud, BRAGA FILHO, 2008, p. 31).

A ampliação dos mercados e a constante especialização da mão de obra proporcionaram ao cenário produtivo o crescente emprego de maquinaria e o acirramento da concorrência capitalista, Marx (Apud, BRAGA FILHO, 2008) destaca que com a introdução das máquinas no sistema produtivo, tornou o operário um mero acessório do bem de capital, e que dessa forma, a remuneração do operário reduziu-se ao nível necessário apenas para sua subsistência, ou seja, para manter seu sustento e garantir a reprodução da espécie. Com isso, Braga Filho (2008, p. 36) ressalta que, de acordo com a visão marxista, a desigualdade gerada pela modernização da indústria tornaria *“o conflito de interesses entre proprietários (controladores e defensores dos meios de produção) e trabalhadores não só concreto como mais intenso”*.

Todavia, para Braga Filho (2008) Smith contestava a posição de Marx, acreditando que a “mão invisível” seria capaz de mitigar tais conflitos.

A fé depositada por Smith nos mecanismos naturais de ajustamento do mercado somados às possibilidades de se promover harmonia social forjada por uma ética da sociabilidade, tornavam ainda mais robustos os argumentos em defesa do liberalismo econômico. Acreditamos que, se para Vedel, “o critério do Estado é monopólio da opressão organizada”, para Smith, o mercado auto-regulado substituiria ou impediria a manifestação desse tipo de monopólio e conduziria através de mecanismos naturais a sociedade – notadamente o sistema econômico – ao equilíbrio e à harmonia social. (BRAGA FILHO, 2008, p. 37)

Cabe ressaltar, assim como Rios (2007), que neste pensamento liberal o Estado não é excluído da atividade econômica, o mesmo deve manter seu papel de garantir a soberania do país, além de manter e melhorar os interesses coletivos da população, como a justiça, educação, saúde e defesa nacional. *“Em relação a sua participação na atividade econômica, ele deve restringir-se a empreendimentos em que não se observa o interesse da iniciativa privada, caracterizando uma participação econômica complementar”* (RIOS, 2007, p. 75). Essa participação complementar deve ser aplicada em casos onde não há estímulo ao investimento privado devido ao longo período de tempo para se obter o retorno do investimento, como é o caso de grande obras de infraestrutura.

A fim de concluir este retrospecto histórico, no período da Idade Moderna, destaca-se o pensamento de Braga Filho (2008) que ressalta os principais fundamentos do pensamento econômico liberal da seguinte forma:

- *princípio da racionalidade do homem econômico: segundo este princípio, os indivíduos agindo livre e racionalmente sobre o ambiente econômico com o escopo de maximizarem seus rendimentos, satisfações materiais e seus próprios interesses, poderiam dispensar a tutela do Estado.*
- *o princípio da positividade do individualismo: de acordo com o princípio da positividade do individualismo, a soma dos interesses individuais promoveria a consolidação dos interesses dos grupos, das comunidades e das nações.*
- *o princípio do automatismo das forças de mercado: afirmavam os sectários do liberalismo que a ação reguladora e controladora do Estado poderia ser minimizada por mecanismos naturais de ajustamento. Assim, estes mecanismos seriam capazes de conduzir a atividade econômica rumo ao equilíbrio geral do sistema. Para tanto, o mercado orientado por um sistema de preços, regulado pelo ajustamento automático das leis da oferta e da procura; de forma natural conduziram a economia ao equilíbrio, e;*
- *o princípio dos ajustamentos pela concorrência: numa economia de mercado, uma vez que a ambição e o egoísmo seriam duramente penalizados pela competição entre os agentes. Smith, em sua obra clássica, “A Riqueza das Nações”, observara que caso a oferta em uma dada localidade excedesse à própria demanda, antes que os consumidores pudessem ser beneficiados pela concorrência, os produtores, inversamente, poderiam, em razão do acirramento da concorrência entre eles, se auto aniquilarem. (BRAGA FILHO, 2008, p.37-38)*

Com estes princípios destacados por Braga Filho, fica explícito a ideologia liberal, onde o homem seria um agente atuante no mercado buscando sempre maximizar seus rendimentos através do equilíbrio de mercado entre oferta e demanda.

1.4. IDADE CONTEMPORÂNEA

A história atual apresenta evoluções de maior magnitude sobre o sistema econômico, alguns movimentos como a globalização proporcionaram a este sistema a o impulso para tais evoluções, essa famosa onda de globalização tornou os países mais interdependentes e estreitou ainda mais a relação entre os tais.

1.4.1. Globalização

Carvalho (2000) deixa claro que não existe um conceito definido sobre o que é globalização. Os mais entusiasmados dizem que o processo de globalização faz parte de uma nova era da história da humanidade, essa era que será de interdependência completa entre os povos, onde até mesmo as fronteiras nacionais desaparecerão. O autor acredita que este processo esteja em curso e que cada dia mais as ações de política pública perdem a relevância, pois, são neutralizadas pelas forças incontroláveis do mercado. Os que acreditam nessa vertente dizem que *“as corporações transacionais são vistas como principais agentes do processo, uma vez que não devem lealdade a nenhum Estado-Nação e se estabelecem em qualquer parte do mundo em que o mercado ofereça mais vantagens para a expansão de seus negócios”* (CARVALHO, 2000, p.244).

Para o autor, outros estudiosos analisam o processo de globalização como sendo uma continuação do processo de crescimento das relações econômicas internacionais que se iniciaram no século passado. Destacam ainda que em certos aspectos *“a economia internacional contemporânea é até menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu entre 1870-1914”* (CARVALHO, 2000, p.244).

Há também os que acreditam que o processo de globalização contemporâneo não tenha tido precedentes e que caminhamos para a interdependência plena dos mercados. (...) Há ainda quem atribua ao conceito uma interpretação estratégica. É o que se pode concluir, por exemplo, da seguinte afirmação de Galbraith: “Globalização é um termo que eu não uso. Não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causa de graves problemas” (CARVALHO, 2000, p.244).

Conforme Baumann (apud, CARVALHO, 2000) o processo de globalização tem diversos ângulos de análise, que além do financeiro transitam

também por questões sociais e culturais. Estes enfoques são: financeiro, comercial, produtivo, institucional e de governabilidade.

A constante evolução do processo de globalização fez com que as nações se interligassem de forma íntima, umas as outras no que tange ao setor econômico, essa relação ocorre, devido a não existência de país autossuficiente ou independente, por isso, o mercado externo tende a crescer e se fortalecer cada vez mais.

A globalização pode ser definida como a tendência à expansão da interdependência entre as economias nacionais. Um de seus sinais característicos é o crescimento do comércio internacional a taxas maiores que as da produção mundial (MAGNOLI, 2006, p.53).

As taxas de crescimento do mercado internacional, se explicam devido ao fato de que as necessidades de determinado país são supridas pela abundância de outro. Ou seja, há uma relação de troca onde o país "B" que necessita da mercadoria "y" irá importá-la do país "A", em contrapartida o país "A" irá oferecer a sua produção excedente através da exportação, onde o país "B" poderá suprir uma necessidade que contém. O economista Venicius Dias de Oliveira (apud MAIA, 2003) define o comércio internacional como sendo, uma via de mão dupla, onde as vendas são apresentadas pelas exportações e as compras pelas importações.

Conforme Silva (1991) a economia internacional estuda as transações econômicas entre as nações, essas transações vão além das importações e exportações de mercadorias, é necessário contemplar a essas transações, as prestações de serviços de todas as espécies, os movimentos de capitais (ouro e moeda), migração de mão de obra e a transferência de tecnologia. Essas transações são realizadas entre governos, e também, entre pessoas físicas e jurídicas de países distintos.

Não só o comércio se tornou internacional. Também outros atos humanos, relacionados com a atividade econômica, não respeitaram as fronteiras nacionais, formando um conjunto de atividades que constituem a Economia Internacional (MAIA, 2003, p.25).

1.4.2. Interdependência internacional

No item 3.3 deste trabalho relata-se sobre a divisão internacional do trabalho e seus motivos impulsionadores. Estes motivos transitam pela disposição

e/ou indisposição das nações quanto aos fatores de produção e as mercadorias que necessitam para o bem-estar social.

A escassez de recursos e a necessidade por mercadorias faz com que os países procurem no mercado internacional tudo o que precisam. Como exemplo, podemos citar os recursos naturais que as indústrias dos países desenvolvidos utilizam, e que, os mesmos não dispõem em seu território nacional (os motivos desta indisposição são inúmeros conforme discutiremos no item 3.3 deste trabalho), neste caso, para suprir essa necessidade o país desenvolvido terá que importar os recursos que serão utilizados no processo de industrialização. Após o término da industrialização o país desenvolvido irá exportar o excedente, e, posteriormente quem irá importar esse produto industrializado poderá ser o mesmo país que exportou o recurso natural utilizado para produzi-lo. Assim temos a ação de interdependente dos países.

Silva (1991) corrobora dizendo que a interdependência internacional também ocorre para o fator mão de obra. Para viabilizar essa internacionalização os países que contém excesso de população facilitam a emigração, e os países que necessitam de mão de obra, seja ela especializada ou não, porém produtiva, facilitam a imigração.

Outro fator que transita pelo mercado externo, segundo Silva (1991) é o capital, o trânsito deste fator tem como principal estímulo a obtenção de lucro, o detentor do capital excedente envia seus recursos para o país que melhor irá remunerá-lo, sendo assim, esse recurso será enviado para países onde o mesmo é escasso, dado a lei da oferta e demanda, dessa maneira, neste país a obtenção de maior lucro é eminente. A especulação, o empréstimo de instituições internacionais que são realizados para o governo e para as empresas nacionais, a transferências de royalties (lucro) de empresas multinacionais instaladas fora do seu país de origem e as transferências unilaterais, são alguns dos principais motivos que fomentam o trânsito de capital.

Além dos fatores supracitados Silva (1991) desta que a tecnologia também é apreciada por este mercado internacional, os países desenvolvidos investem maciçamente em pesquisas com o objetivo de evoluir seus processos produtivos e obter mais lucros através do aumento de produtividade, esse conhecimento resultante das pesquisas é comercializado de inúmeras formas.

Portanto, a Economia Internacional é mais abrangente e engloba o comércio internacional (exportações e importações), prestação de serviços, transferências unilaterais (donativos, remessas de imigrantes ou para imigrantes) e movimento de capitais. (MAIA, 2003, p.25).

Conforme visto até agora, é possível notar que o mercado internacional é dinâmico e tem como coadjuvante diversas nações, essas têm interesses momentâneos distintos, porém, há um interesse comum que está nas “entre linhas”, que é o interesse de crescimento e desenvolvimento dos países.

Para Silva (1991) a evolução tecnológica dos meios de comunicação, eliminou as distâncias, pois, espalham as notícias por todo o mundo de forma instantânea. Além de notícias, a internet atualmente é o principal veículo de marketing das empresas, principalmente das grandes empresas, isso gerou um impulso estrondoso no mercado internacional, com isso, há uma tendência de aumentar as transações de produtos acabados, e também de aumentar as transações de matérias primas utilizadas na produção industrial.

O progresso dos meios de transportes- tornando-os mais rápidos, seguros e econômicos – permitiu o desenvolvimento muito grande da Economia Internacional. Paralelamente houve também o progresso dos meios de comunicação transformando o mundo de hoje em uma Aldeia Global (MAIA, 2003, p.25).

A interdependência entre as nações e a aproximação destas, devido a globalização, apresenta fatores favoráveis e alguns pontos de atenção, vejamos abaixo tais pontos apresentados por Dias (2007).

Fatores favoráveis apresentados pela intensificação das trocas comerciais entre países:

- *ampliação dos mercados consumidores, possibilitando aos produtores ganhos de escala e aumentos de produtividade em suas atividades, tanto agrícolas quanto extrativas, ou mesmo industriais;*
- *acesso a maior diversidade de fornecedores de insumos e matérias primas, possibilitando a obtenção de melhores condições de comercialização, novas possibilidades de atividades econômicas (novos produtos e serviços) e maior confiabilidade na relação com fornecedores;*
- *acesso a maior diversidade de mercadorias pelas pessoas, que passam a contar com os produtos locais e os importados, que muitas vezes não poderiam ser produzidos localmente;*
- *acesso a novas tecnologias e a diferentes padrões de produção, que passam a incorporar as técnicas produtivas locais com o passar do tempo, ou através de transferência tecnológica, ou aproveitamento de mão-de-obra especializada local, ou mesmo com o desenvolvimento de fornecedores locais;*
- *ampliação do fluxo monetário entre países, gerando crescimento e desenvolvimento recíproco. No caso o fluxo monetário se caracteriza com a troca de mercadorias, com as remessas de capital e de lucros, com os investimentos produtivos internacionais, ou mesmo com os financiamentos concedidos por fontes internacionais;*

- criação de novas alternativas de produção, concentrando atividades em determinados lugares, de modo que o processo completo se dê com base no trabalho em diferentes países. É o exemplo de empresas que concentram a extração de minerais em países onde ocorrem em abundância, como Brasil, Chile e outros; concentram atividades intensivas em mão-de-obra em locais como o México e mais modernamente na China; já atividades intensivas em tecnologia são desenvolvidas nos países centrais ou em polos tecnológicos ao longo do mundo;
- desenvolvimento de oportunidades de negócios vinculadas às peculiaridades de alguns países. É o caso de produtos a base de materiais extraídos da Amazônia, como perfumes, remédios e sucos, com grande aceitação nos mercados dos países centrais;
- ampliação do contato entre povos de diferentes etnias e culturas, desenvolvendo oportunidade e potenciais de negócios vinculados à diversidade cultural. (DIAS, 2007, p. 68-69)

Fatores desfavoráveis devido a intensificação das trocas comerciais entre países:

Assim, alguns fatores contrários ao desenvolvimento e ampliação das relações comerciais entre países podem ser elencados conforme segue:

- a concorrência internacional pode gerar desenvolvimento assimétrico entre os diferentes países, principalmente dos pontos de vista tecnológico e econômico;
- a busca por produtos e serviços competitivos pode levar um país a se concentrar em algumas atividades em que apresente diferencial em termos de produtividade ou mesmo tecnologia de produto e processo; isto determina a divisão internacional do trabalho, que acaba favorecendo países desenvolvidos em detrimento de países em desenvolvimento, aos quais é destinada a vocação agrícola, caracterizada por produtos de menor valor agregado;
- o desenvolvimento de apenas alguns setores econômicos cria uma relação de interdependência global, adequada para tempos de paz, mas altamente fragilizante em tempos de crises entre países. No caso de um isolamento internacional, o país se vê desprovido de alternativas que substituam, mesmo que a um custo maior, produtos oriundos do exterior, para os quais muitas vezes não se possui sequer a competência básica de sua confecção. Tal situação foi vista durante a primeira Guerra Mundial, quando as relações comerciais internacionais se achavam no auge, e bruscamente foram interrompidas pela situação de guerra que cercou a Europa. Isto levou os países a repensarem o liberalismo como forma de prosperidade, lançando o mundo na busca de soluções domésticas ao crescimento e capacitação industrial. (DIAS, 2007, p. 71)

Conforme apresentado, essa interdependência é tendenciosa a divisão internacional do trabalho e tem como principal fruto a intensificação das trocas internacionais, para isso, faz-se necessário a utilização de um instrumento moderador das trocas entre países distintos, este instrumento será apresentado no próximo capítulo.

2. CÂMBIO

A moeda carrega consigo diversas evoluções, e como fruto de tais modificações carrega também alguns princípios essenciais que se fazem necessários principalmente nas relações de troca. Durante este tópico será apresentados as evoluções da moeda e seus princípios essenciais, assim como o objetivo central, o câmbio.

2.1. FUNÇÕES DA MOEDA

Inicialmente as trocas eram realizadas através de escambo, essa relação ocorria através da troca de mercadoria por mercadoria, ou seja, o individuo oferecia a sua mercadoria excedente para obter outra mercadoria que não produzia ou que não tivesse disponível para consumo no momento, esse modelo de troca teve sucesso até o momento em que a economia e as trocas eram apenas para subsistência do homem.

Segundo Silva (1991), com a maximização da produção e o crescimento do comércio nacional e internacional o escambo se tornou insustentável, pois, tinha diversas limitações, suponhamos que João tivesse uma determinada quantidade de legumes excedente, e que sua necessidade no momento fosse por gado, mas, apenas Roberto tinha gado disponível para troca, porém a necessidade de Roberto não era legumes e sim cereais, para que essa troca fosse concretizada João teria que procurar outra pessoa que tivesse cereais disponíveis para troca e que precisasse de legumes, assim João iria obter os cereais para que enfim concretizasse a troca com Roberto e suprisse sua necessidade que era o gado, dessa forma as trocas começaram a ser triangulares.

Outro problema decorrente deste modelo de troca foi à valorização das mercadorias que se tornaram difíceis de encontrar no mercado. Essas mercadorias passaram a ser cobiçadas e valerem mais do que todas as outras, dessa forma surgiu à primeira espécie de moeda que é a moeda-mercadoria, Rossetti (1988) destaca que a moeda-mercadoria possuía duas características básicas: a relativa

raridade e a importante necessidade comum, com isso, essas mercadorias eram aceitas como instrumentos de troca sem dificuldade e restrição.

Porém, na maioria das vezes as mercadorias que eram tidas como moeda eram perecíveis e desta forma não proporcionavam ao seu portador a possibilidade de acumulação, outro grande problema enfrentado por este modelo é o do transporte das mercadorias utilizadas nas trocas, este problema foi herdado das relações de troca através do modelo de escambo, com o constante crescimento dessas trocas na atividade econômica havia uma necessidade de se alterar o modelo de moeda e pra que fosse possível simplificar as relações de troca, segundo Ratti (2010, p.20) “(...) *as causas que deram origem ao surgimento da moeda foram: a necessidade de facilitação das trocas e a necessidade de se obter uma base para a comparação de valores*”.

A moeda-mercadoria foi fundamental para a evolução da moeda, pois, o surgimento da moeda-mercadoria foi oriundo da aceitabilidade e da raridade do bem no mercado, o metal apresentava essas duas características e deste modo se tornou a moeda-mercadoria de maior importância e equidade do período, os metais como moeda-mercadoria apresentaram as seguintes vantagens: a aceitação geral, a divisibilidade, a praticidade no transporte, a possibilidade de entesouramento e a raridade, à medida que o homem foi identificando essas grandes vantagens o metal surge no cenário das trocas como a moeda principal. Todos esses benefícios proporcionaram a explosão da era do metalismo e fizeram com que o ouro e a prata, que eram metais mais preciosos e de maior aceitação, se tornassem a moeda vigente para a época.

Segundo Rossetti (1988), o emprego da moeda foi fundamento na simplificação da atividade de troca, pois, reduziu os desdobramentos da relação de troca em apenas duas operações, ou seja, entrega do produto excedente e recebimento da moeda como forma de pagamento, além da simplificação a moeda trouxe mais flexibilidade e liberdade para os agentes econômicos segundo Rossetti (1988, p.183) “*o emprego de instrumentos monetários implicaria um sensível aumento da liberdade de escolha dos agentes envolvidos nas operações de troca*”. As trocas a princípio ocorriam com o metal precioso em seu estado natural, depois evoluiu para forma de barras e objetos, como anéis, braceletes entre outros.

Com o passar do tempo e a intensificação das trocas os metais ganharam forma definida e peso determinado, recebendo marca indicativa de valor,

que também apontava o responsável por sua emissão, este processo ficou conhecido como a cunhagem da moeda.

A ocorrência dessa instituição é oito séculos anterior ao início da Era Cristã. Os escritos de Heródoto assinalam que os lídios foram os primeiros a produzir moedas metálicas, enquanto Fidon, rei de Argos, foi o primeiro soberano que imprimiu seu selo oficial às placas utilizadas como moeda em seus domínios - iniciando-se então a utilização de moedas de emissão oficial e de curso legal (ROSSETTI, 1988, p.185).

Essa evolução da moeda metálica agilizou ainda mais as transações, dispensando a pesagem e permitindo a imediata identificação da quantidade de metal oferecida para troca.

Após a Revolução Industrial essa forma de pagamento se tornou insustentável, devido ao transtorno e a insegurança que envolvia o grande transporte de moeda dado pela maciça expansão das trocas, no que tange a quantidade em valor monetário envolvido nas relações bem como a frequência que elas começaram a ocorrer. Para solucionar este impasse foi necessária à criação de um novo mecanismo de pagamento, surgem então os ourives e as casas de custódia que no decorrer da história transformaram-se nos atuais sistemas bancários.

Esses agentes primitivos guardavam as moedas e as barras de ouro dos homens que detinham a posse destes bens monetários, dessa forma os detentores de moeda se protegiam de possíveis roubos e simplificavam ainda mais a forma de se relacionar na troca, pois, no ato do depósito o detentor de capital recebia do agente financeiro primitivo uma letra de câmbio ou um certificado de depósito de moeda metálica que garantia e atestava o valor de metal que o mesmo possuía sob a sua custódia. Assim, as formas de pagamento começaram a se transformar de moeda metálica para letras de câmbio e/ou certificado de depósito de moeda metálica, a redução das trocas que eram pagas com moeda metálica em espécie foi ocorrendo gradativamente, desta forma é constituído um novo modelo de moeda que foi intitulado como moeda-papel.

No início deste sistema bancário primitivo as peças que eram depositadas recebiam uma marcação que servia para identificar que tal peça era de tal portador, assim o depositante quando fosse solicitar seu dinheiro ao prestador de serviço iria receber as mesmas peças que havia depositado e ocorreria uma retenção de determinado percentual para pagar o serviço de custódia, esse formato logo evoluiu para que não houve essa marcação e nem essa garantia de que as

mesmas peças depositadas seriam as sacadas, a garantia a partir deste momento fica limitada apenas ao valor que estava descrito no certificado, então podemos observar que neste momento a moeda papel é totalmente conversível em moeda metálica, dessa forma há lastro total em metal precioso para a moeda circulante.

Ratti (2010) nomeou este modelo como um Sistema de Moeda Representativa ou de Conversibilidade Total, ou seja, o portador dos papéis (Letra de Câmbio e Certificado de Depósito de Moeda Metálica) pode solicitar a conversão dos valores descritos nos documentos para a forma de metal precioso e receberá os mesmos em caráter de prontidão, então podemos afirmar que os papéis são uma forma de representar o metal precioso que a ele confere o valor de moeda para troca.

Com o passar do tempo às casas de custódia evoluíram, *"a experiência acumulada pelas casas de custódia conduziria a uma importante observação - o lastro metálico, para garantir as reconversões requeridas, não precisava ser, necessariamente, igual ao total dos valores certificados de depósito em circulação"* (ROSSETTI, 1988, p.190). Essa observação foi decorrente da grande aceitação dos certificados como forma de moeda circulante, foi observado que as trocas tinham como principal meio de pagamento as notas emitidas pelas casa de custódia e que as conversões em metal precioso aconteciam em ocasiões específicas, como no caso de uma relação de troca internacional.

Assim, os proprietários das casas de custódia estipularam um determinado valor mínimo para o lastro, este valor deveria garantir todas as conversões que fossem solicitadas, os agentes de custódia identificaram que volume de saques era suprido pela soma deste encaixe e os depósitos recorrentes. Ratti (2010) denomina este sistema como Sistema de Moeda de Conversibilidade Parcial, pois é possível converter em metal precioso apenas uma parte dos papéis emitidos.

Até este momento a moeda em circulação era denominada como moeda-papel, pois havia garantia de que o papel fosse convertido em moeda metálica. A partir do momento que as casas de custódia iniciaram a emissão de papéis, denominados de notas bancárias, e, que estes não eram oriundos de depósitos metálicos, identificou-se uma operação primária de crédito e as casas de custódia que antes apenas guardavam os metais preciosos e retinham uma taxa de serviço, se transformaram em casas bancárias, deste momento em diante esses estabelecimentos convertiam seus riscos em lucros. A contar desta transformação

no modelo de emissão de papéis, a moeda passa então a ser denominada como papel-moeda, pois, não havia mais a moeda metálica como garantia de lastro, o que garantia o lastro era a credibilidade das casas bancárias que as emitiam, e a verificação da mínima possibilidade de uma debandada geral a conversão dos papéis em moeda metálica.

O risco nessa época era evidente, Withers apud Rossetti (1988, p. 192) disse em sua obra *The Meaning of Money*, "*os bancos só chegaram a operar com perfeição, prudência e segurança após muitos erros e dificuldades. Uma comissão real, desenvolvendo uma análise do sistema no começo do século XIX, observou que, em 1793, mais de cem bancos provinciais ingleses foram à falência e que, de 1810 a 1817 outros seiscentos estabelecimentos bancários fecharam as suas portas*". Essa constatação de falência em massa foi oriunda da manifestação geral dos riscos que envolvia essa modalidade de emissão de moeda, neste período houve uma exigência geral da população para que os papéis fossem convertidos em moeda metálica, como os bancos estavam altamente alavancados e não havia uma legislação clara para a atuação dessas instituições a consequência foi a quebraadeira geral relatada por Withers.

Após a ocorrência desta crise o Estado inicia a regulamentação da emissão dos meios de pagamento, as casas de custódia, por imposição legal, foram proibidas de emitir moeda por conta própria, o Estado assume o dever de emitir a moeda nacional, para isso, é criado uma das principais autoridade monetária do sistema financeiro, o Banco Central. Este passou a executar a emissão de moeda sob rigoroso controle a fim de mitigar os riscos de uma nova crise que contaminasse o sistema bancaria a ponto de ocasionar uma nova quebraadeira generalizada em tais instituições.

As moedas emitidas pelo Banco Central, inicialmente, foram aceitas de forma compulsória pelos agentes econômicos que realizavam suas atividades dentro dos limites de regulamentação do Estado emissor do meio de pagamento. No início da atividade do Estado como emissor de moeda, a garantia e o lastro da moeda era dado pelos metais preciosos do Tesouro Nacional, com o passar do tempo o lastro tornou-se a total aceitação deste meio de pagamento, e o mesmo deixou de ter lastro fundamentado nos metais preciosos. Conforme Ratti (2010) temos neste momento o início do Sistema de Moeda Inconvertível, isso porque, não era mais

possível converter as notas, ou seja, o papel-moeda, em metais preciosos. Assim, a garantia da moeda deixa de ser padrão-ouro e passa a ser padrão-papel.

A partir de 1914 o padrão-ouro começou a debilitar-se deixando de funcionar, finalmente, após 1930. A derrocada do padrão-ouro não se deveu apenas à I Grande Guerra Mundial e à Grande Depressão dos anos trinta, mas, principalmente, às profundas modificações na estrutura econômica mundial havidas nesse período, tais como o surgimento de novos centros de poder industrial – Estados Unidos, Canadá e Japão – e o emprego de uma política econômica, na maioria dos países, visando à estabilidade econômica interna (SILVA, 1991,p.33).

A implantação do sistema de moeda inconvertível ocorreu de forma gradual, e seu principal objetivo era o de conter a grande quantidade de saques/transformações causados pelo “efeito manada”, em momentos de instabilidade ou insegurança econômica.

Tal sistema passou a ser adotado a fim de se evitar as "corridas" ao Tesouro Público e aos bancos, bastante comuns em situação de guerra ou outra perturbação qualquer. Como o estoque de metal precioso não era suficiente para atender a todos os portadores de notas que desejavam sua conversão em metal, o governo intervinha e suspendia temporariamente a conversão estabelecendo o curso forçado das notas. Pouco a pouco, porém, "temporariamente" foi-se transformando em "definitivamente" (RATTI, 2010, p.27).

A aceitação generalizada torna o papel-moeda a principal forma de pagamento, essa contém sua forma em espécie, ou seja, em notas de papel que contém ali o valor por ela representado. Como fruto da constante evolução do sistema financeiro temos a transformação do papel moeda em moeda escritural, segundo Ratti (2010) este tipo de moeda representa os depósitos existentes nos bancos que se encontram a disposição dos seus depositantes. Através da moeda escritural é possível realizar transações entre agentes econômicos sem que haja a circulação da moeda legal, ou seja, o papel-moeda em espécie.

A utilização e o manejo do papel-moeda seriam progressivamente substituído por simples e mais seguras operações escriturais. Se a empresa A precisasse realizar um pagamento à empresa B, desde que ambas mantivessem contas de depósito na mesma casa bancária, bastaria que A autorizasse uma transferência dos depósitos escriturados em sua conta para a conta da empresa B. Assim, uma simples operação de débito-e-crédito teria funcionado como meio de pagamento (ROSSETTI, 1988, p.194).

Atualmente a ocorrência de pagamentos através da moeda escritural segue a mesma metodologia descrita por Rossetti em 1988, porém com a evolução do sistema bancário concomitantemente a evolução do Banco Central e sua forma de regulamentar e controlar o sistema como um todo, temos a possibilidade de

executar transações interbancárias, a compensação destas transações é orquestrada pelo Banco Central.

Transcorrida toda essa evolução monetária podemos sintetizar que *"Moeda é um bem instrumenta que facilita as trocas e permite a medida ou a comparação de valores"* (RATTI, 2010, p.22). Rossetti descreve que a evolução da moeda procurou suprimir de forma maximizada as três funções que por ele são de responsabilidade da moeda: *"1. instrumento de trocas; 2. instrumento para a denominação comum de valores; e 3. instrumento para a reserva de valores"* (ROSSETTI, 1988, p.195).

2.2. DETERMINAÇÃO CAMBIAL

Com a extinção do padrão-ouro e a transformação da moeda em uma soberania nacional, as relações de troca entre países distintos sofreram dois graves problemas:

1) como equilibrar o valor do bem para que as duas moedas envolvidas na transação consigam atingir um preço de equilíbrio que concretize a troca?;

2) qual seria o meio de pagamento, sendo que a moeda do país que demandava era diferente da moeda do país que ofertava e essas moedas não tinham vigência nos países participantes desta relação?

Antes esse impasse era facilmente sanado, pois, a moeda que era utilizada como meio de pagamento no comércio internacional era o ouro, e este tinha total aceitação mundial e seu valor era dado através do seu peso, mesmo que a barra utilizada no pagamento tivesse o cunho do país pagador o país que a recebia não se opunha, pois, posteriormente a derretia e transformava em uma nova barra de ouro que agora receberia a cunhagem do brasão do seu país, esse processo de alteração da cunhagem não modificava o valor da moeda.

A evolução do padrão monetário para padrão-papel torna desafiadora a transformação da moeda do país A em moeda do país B, com isso, foi necessário que a relação de troca internacional se modificasse de tal forma que um país poderia aceitar a moeda do outro como forma de pagamento ou não, se a moeda nacional do país comprador fosse negada pelo país vendedor a operação deverá ser

realizada através da participação de uma terceira moeda para finalizar a relação comercial entre estes países.

Segundo Ratti (2010) a troca de moeda entre países diferentes é que proporciona a origem do câmbio, ou seja, câmbio é a troca de moeda nacional por moeda estrangeira, essa troca ocorre em relações comerciais, onde o país importador deverá cumprir com suas obrigações realizando o pagamento das mercadorias com uma moeda que tenha grande grau de aceitação mundial ou que seja de necessidade do país que detém o direito de receber este pagamento. Há outras atividades econômicas que exigem a troca de moeda nacional por moeda estrangeira, são elas: turismo internacional, isso porque o turista que se locomover a outro país deverá realizar seus dispêndios com a moeda de aceitação nacional, que na maioria das vezes é diferente da moeda vigente em seu país de origem; operações financeiras internacionais, tais como: investimento, operações em mercado financeiro, empréstimos, transferências de lucros de empresas internacionais instaladas no país, entre diversas outras atividades.

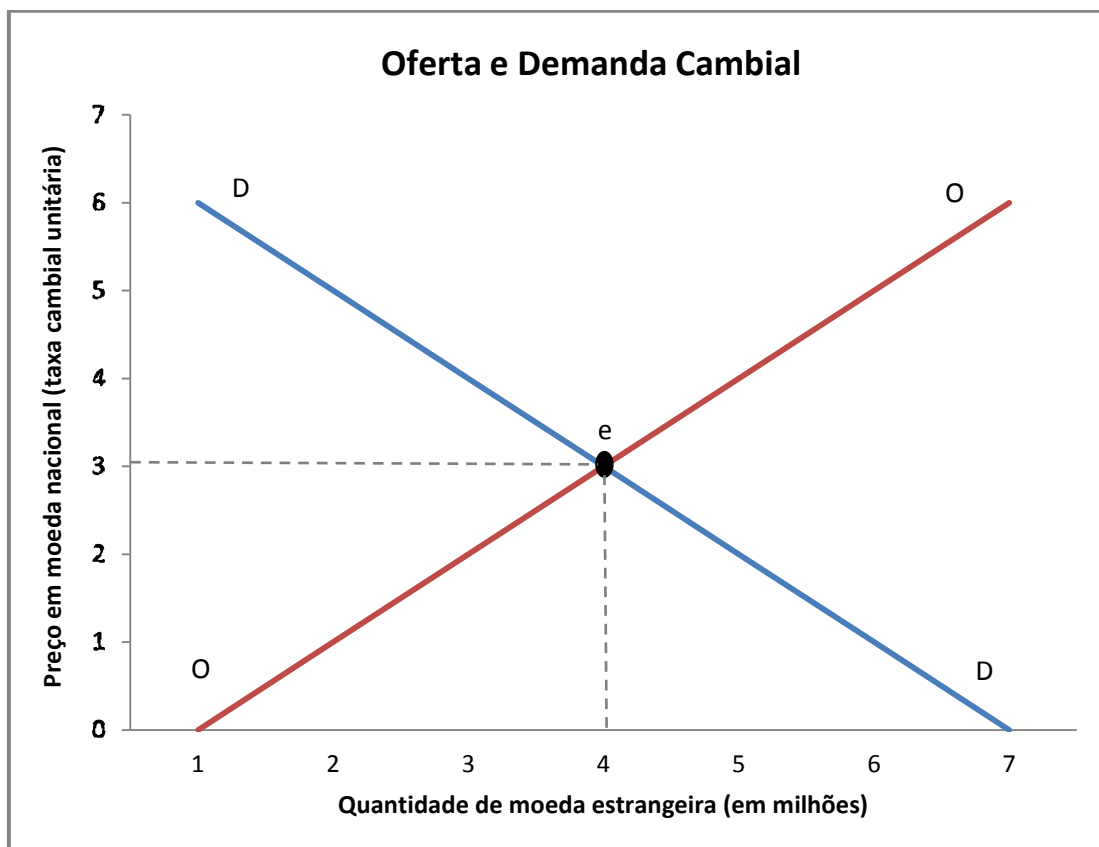
A relação de troca entre as moedas é o que se chama taxa de câmbio. Se uma unidade de moeda nacional for valorizada em termos de moeda estrangeira teremos a “cotação de certo”. Exemplo: Cr\$ 1,00 vale US 0,08 (oito cents). Ao contrário se uma unidade de moeda estrangeira for valorizada em termos de moeda nacional, teremos a “cotação do incerto”. Exemplo: US\$ 1.00 vale Cr\$ 12,50. Este tipo de cotação é usado no Brasil. Adotando a cotação do incerto podemos definir a taxa de câmbio sendo “o preço da moeda estrangeira em termos de moeda nacional” (SILVA, 1991, p.99).

Conforme exposto é possível notar que a taxa cambial expressa à razão entre a moeda nacional e a moeda estrangeira, essa taxa resulta na quantidade de moeda nacional que se faz necessário para comprar ou vender determinada quantidade de moeda estrangeira, por exemplo, a taxa de câmbio do Real em relação ao dólar americano pode ser expressa pela seguinte notação R\$/US\$ 2,20, ou seja, é necessário 2,20 Reais para adquirir 1 dólar, Carmo (2006) denomina essa relação como taxa de câmbio nominal. Se considerarmos o câmbio como sendo uma mercadoria identificaremos rapidamente que a determinação da taxa cambial está intimamente relacionada a lei de oferta e demanda pela moeda.

O gráfico da Figura1 apresenta em seu eixo “Y” os preços unitários da moeda estrangeira, essa é a taxa cambial em relação à moeda nacional, em determinado momento. No eixo “X” observamos a quantidade de moeda estrangeira que é procurada e oferecida no mercado cambial, em determinado momento, os

valores que apresentamos no gráfico são para uma simples explanação do assunto, por isso, valores hipotéticos que não foram extraídos de um mercado real. A linha DD representa a curva de procura (demanda) por moeda estrangeira, enquanto a linha OO demonstra a curva de oferta da moeda estrangeira.

Figura 1 – Gráfico: Oferta e Demanda Cambial



Elaborado: pelo autor.

No gráfico a curva de demanda se relaciona inversamente proporcional à variação da taxa cambial, ou seja, quanto maior a taxa de câmbio menor será a procura por divisas estrangeiras, a oferta tem relação diretamente proporcional às variações da taxa de câmbio através dessa relação direta nota-se que à medida que a taxa cambial aumenta a quantidade ofertada também segue o mesmo viés. No ponto “e” há o cruzamento das duas curvas, este ponto nos apresenta o ponto de equilíbrio do mercado, logo, este é o valor da taxa de câmbio que o mercado irá praticar. Nesse exemplo, o valor é igual a 3, supondo que oferta seja de dólar e a demanda seja em reais, teremos então R\$/US\$ 3,0 deste modo, temos que ao valor de três reais será possível comprar um dólar, e este é o ponto ideal para a relação entre os compradores e vendedores da moeda estrangeira.

As variações na demanda e na oferta cambial podem ser causadas por vários motivos, manteremos a troca entre o real e o dólar para identificarmos essas causas. Essa relação é dada pelo demandante brasileiro e pelo ofertante americano, Carmo (2006) destaca alguns pontos que causam essas variações:

- Crescimento do PIB real;
- Nível de preços relativos;
- Preferência;
- Taxa de juros relativos; e
- Expectativa de variação cambial.

O crescimento real do PIB proporciona como contrapartida um crescimento na renda nacional de igual magnitude, este crescimento na renda gera um crescimento no consumo, dos agentes econômicos, no qual se verifica crescimento na demanda por produtos americanos, este crescimento no consumo da parte demandante faz com que haja uma elevação na taxa de câmbio devido ao aumento de procura pela moeda para liquidação de dívidas internacionais. Por outro lado, o crescimento do PIB real americano gera a mesma reação no crescimento de consumo dos americanos que por sua vez iram adquirir mais produtos brasileiros e isso influencia numa queda na taxa de câmbio devido ao aumento de oferta da moeda estrangeira, para que os americanos consigam adquirir moeda nacional para liquidarem suas dívidas contraídas aqui no Brasil.

O segundo ponto que Carmo (2006) destaca é o nível de preços relativos, a variação da inflação nos dois países pode influenciar o volume de compra no exterior. Suponhamos que um produto eletrônico no Brasil seja precificado em duzentos reais e que houve um recente ajuste de preço no país e esse produto passou agora a valer duzentos e vinte reais; nos Estados Unidos o mesmo produto custa cerca de cem dólares e não há perspectiva de reajuste de preço, pois, a inflação norte-americana está controlada, a taxa cambial do período é de R\$/US\$ 1,50, podemos concluir que é muito mais vantajoso para o consumidor adquirir o produto importado, se assim fizer teremos aqui um aumento na demanda por dólar que influenciará na taxa de forma negativa na taxa cambial brasileira.

A preferência por produtos importados quando é da parte brasileira irá aumentar a demanda por dólar e isso forçará o aumento na taxa de câmbio, se a preferência for da parte dos americanos notaremos que haverá um aumento na

oferta de dólar e este aumento na oferta impactará a taxa de câmbio de forma a reduzi-la.

A taxa de juros relativa atrai o investidor estrangeiro, isso porque a remuneração do capital é baseada na taxa de juros e quanto maior for a taxa de juros mais lucro o investidor irá obter. Há uma grande diferença entre a taxa de juros brasileira e a taxa de juros americana, por isso, os detentores de capital o aplicam em títulos públicos brasileiros para que dessa forma obtenham um montante maior de lucros do que obteriam nos seus países de origem. Com essa aplicação aumenta o fluxo de moeda estrangeira para o Brasil e este aumento na oferta proporciona uma redução da taxa cambial. Se o juros brasileiro se tornar menor do que os juros americano haverá uma inversão no fluxo de capital, isso irá causar uma debandada do capital estrangeiro aplicado no país e como consequência haverá uma redução na oferta de dólar essa redução irá impactar a taxa cambial de maneira inversa.

A expectativa de variação cambial refere-se a alterações na taxa de câmbio que podem impactar de forma positiva ou negativa os investidores que estiverem posicionados em ativos internacionais. Suponhamos que um investidor americano tenha aplicado cem mil dólares em títulos do tesouro nacional brasileiro, no ato dessa aplicação a taxa cambial era de R\$/US\$ 1,50, sendo assim o americano detinha cento e cinquenta mil reais em títulos do tesouro nacional brasileiro, com o passar do tempo houve uma apreciação do real e agora a taxa de câmbio é de R\$/US\$ 1,20, neste momento o americano está obtendo um ganho cambial de aproximadamente 30% (cálculos em valores brutos para transcorrermos com a explanação esses dados são hipotéticos).

Se a expectativa das variações cambiais for positiva na visão do investidor, isso fará com que haja um aumento de aplicações estrangeira, identificaremos então um aumento na oferta cambial, este aumento na oferta causará uma redução ainda mais acentuada na taxa cambial. Caso a expectativa de variação cambial seja negativa na visão do investidor nos depararemos com o fluxo inverso, ou seja, haverá uma grande evasão de moeda estrangeira do país devido à instabilidade e a insegurança da aplicação, assim notaremos uma redução na oferta que terá como consequência uma elevação na taxa de câmbio.

1. A taxa de câmbio tende a permanecer **estável** quando ocorrer qualquer das seguintes situações:
 - a oferta e a procura permanecem invariáveis;

- a oferta e a procura aumentam em iguais proporções;
 - a oferta e a procura diminuem em iguais proporções.
2. A taxa cambial tende a **aumentar** em qualquer dos casos abaixo:
- a procura aumenta e a oferta permanece estável ou diminui;
 - a procura aumenta e a oferta também, porém em proporção menor;
 - a oferta diminui e a procura permanece estável;
 - a oferta diminui e a procura também, porém em proporção menor.
3. A taxa cambial tende a **diminuir** quando se verificar qualquer das situações seguintes:
- a oferta aumenta e a procura permanece estável ou diminui;
 - a oferta aumenta e a procura também, porém em proporção menor;
 - a procura diminui e a oferta permanece estável;
 - a procura diminui e a oferta também, porém em proporção menor
- (RATTI, 2010, p.128-129).

Nota-se que “a taxa de câmbio, na ausência de intervenção governamental, é determinada no mercado de divisas pelo livre jogo da oferta e da procura” (SILVA, 1991, p.99). Silva apresenta o termo “divisas” como sendo o englobamento de todo o crédito em moeda estrangeira, a vista e em curto prazo, que possa ser negociado através das várias modalidades existente, como: letras de câmbio, ordens de pagamentos, cheques e cartas de crédito.

Taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional. No Brasil, a moeda estrangeira mais negociada é o dólar dos Estados Unidos, fazendo com que a cotação comumente utilizada seja a dessa moeda. Assim, quando dizemos, por exemplo, que a taxa de câmbio é 1,80, significa que um dólar dos Estados Unidos custa R\$ 1,80. A taxa de câmbio reflete, assim, o custo de uma moeda em relação à outra. As cotações apresentam taxas para a compra e para a venda da moeda, as quais são referenciadas do ponto de vista do agente autorizado a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

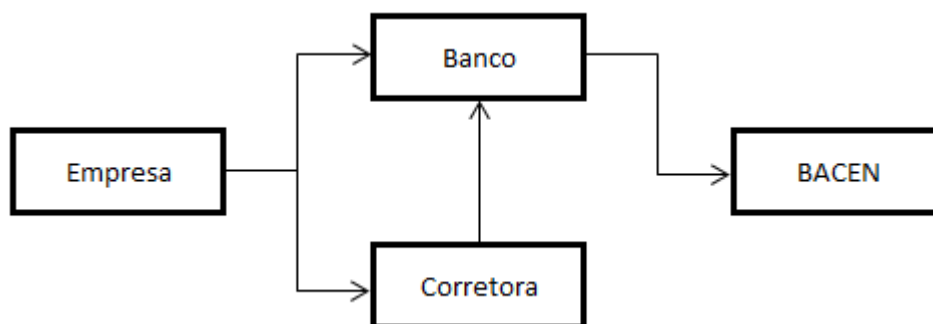
As transações de troca de moeda nacional por moeda estrangeira, ou seja, as transações cambiais, são realizadas em um mercado específico, este tem a denominação de Mercado Cambial ou Mercado de Divisas. Este mercado promove o encontro entre os agentes envolvidos nas operações de compra e venda de moeda nacional e estrangeira, podemos categorizar este mercado em cinco diferentes tipos de transação, conforme Einzig (apud RATTI, 2010, p.105): “a) transações entre bancos e clientes dentro do país; b) transações entre bancos no mesmo país; c) transações entre bancos localizados em diferentes países; d) transações entre bancos e bancos centrais dentro do mesmo país; e) transações entre bancos centrais localizados em diferentes países”.

Todas essas transações transcorrem pelo mercado cambial e influenciam diretamente a taxa de câmbio do país que está envolvido na operação.

Com a evolução da moeda todas essas transações ocorrem através dos meios digitais e são efetuadas utilizando a moeda escritural, outra forma de moeda é utilizada apenas em casos extremos, estes casos de exceção não discutiremos neste trabalho.

Conforme mencionamos acima são inúmeras as necessidades de obtenção de moeda estrangeira, Vieira (2008) classifica essa necessidade em dois tipos de operações, as operações financeiras e as operações comerciais. As operações financeiras são relacionadas às remessas de donativos, viagens internacionais, transferência de patrimônio, pagamento de juros, royalties pelo uso de marcas e patentes, amortização de empréstimos externos, entre outras. O autor relaciona as operações comerciais ao comércio internacional de mercadorias e serviços, ou seja, importação e exportação, como a finalidade deste estudo está voltada para a importação, aquisição de mercadorias ou serviços estrangeiros, vamos desenvolver nossa análise com mais intensidade nas operações cambiais com finalidade comercial.

Figura 2 – Fluxograma: Mercado de Câmbio



Fonte: VIEIRA, 2008, p. 46.

Modificado: pelo ator

O Banco Central do Brasil é responsável por regulamentar as operações cambiais, na verdade, diversas responsabilidades são atribuídas ao BACEN, mas vamos destacar abaixo as de maior relevância para o controle e a fiscalização do mercado cambial brasileiro.

- emitir papel-moeda e moedas metálicas;
- exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
- efetuar controle dos capitais estrangeiros;
- ser depositário das reservas oficiais de ouro, de moedas estrangeiras;

- *exercer a fiscalização das Instituições Financeiras e aplicar as penalidade previstas em lei;*
- *relacionar-se, em nome do governo brasileiro, com as instituições financeiras nacionais e internacionais;*
- *exercer permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre as empresas que interfiram nesses mercados, em relação às modalidades ou aos processos operacionais que utilizam;*
- *operar exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas em lei;*
- *conceder autorização às instituições financeiras, para que possam funcionar no País;*
- *atuar no sentido de funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo, para esse fim, comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de câmbio no exterior, e separar os mercados de câmbio financeiro e comercial. (VIEIRA, 2008, p.47)*

Todas essas responsabilidades fazem com que o Banco Central do Brasil seja um importante órgão regulador do mercado cambial e do mercado financeiro do país como um todo.

No comércio internacional temos de um lado os compradores e do outro lado os vendedores, no fluxograma apresentado acima identificamos esses dois grupos como empresas, assim ressaltamos a importância dos agentes produtores e consumidores no mercado cambial, estes agentes são os que proporcionam a demanda e a oferta de câmbio no mercado e dessa forma é definida a taxa de câmbio. As empresas que atuam no mercado internacional devem se desenvolver e se amadurecer a fim de oferecerem a este mercado um produto que apresente alguma vantagem aos demais concorrentes para que desta forma se estabeleça no mercado e conquiste parceiros comerciais para efetivar suas trocas.

Os intermediários da relação monetária entre as empresas são os bancos, isso porque na maioria dos países a instituição bancária é quem tem a responsabilidade de executar as transações monetárias internacionais, considerando essa maioria, temos então que os bancos exercem o papel de conector e transferidor de ativos entre as partes. Conforme diz Ratti (2010, p. 107): *“no Brasil é considerada operação ilegítima aquela que não transitar por estabelecimento autorizado pelas nossas autoridades monetárias (Banco Central do Brasil), a operarem câmbio (Lei nº 4.595, de 31/12/64, artigo 10, inciso IX, letra “d”)*”, e para legitimar a atuação dos bancos brasileiros nas operações cambiais do país, a autoridade monetária, BACEN, editou a Resolução nº 1.797, de 27/02/91. Essa Resolução exige que os bancos cumpram algumas condições como: possuir capital

acima do mínimo que é regulamentado; ser constituído sob a forma de banco comercial, banco de investimento, ou instituição financeira múltipla; designar um diretor competente para ser responsável pelas operações cambiais; e, dispor de facilidades e condições que tornem possíveis a negociação de câmbio.

De acordo com Vieira (2008, p. 55): “segundo a legislação vigente, não é obrigatório à interveniência de corretor nas operações de câmbio, embora muitas empresas prefiram conduzir suas transações através do corretor”, as empresas preferem utilizar a experiência do corretor para que assim consigam encontrar melhores taxas cambiais para efetivarem seus negócios e também para sintetizarem o tempo que é preciso para realizar as operações cambiais.

2.3. REGIME CAMBIAL E CONTROLE CAMBIAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1999 A 2013

O regime cambial brasileiro é um regime controlado pelas autoridades monetárias. Esse controle tem sido mais ameno ou mais rigoroso conforme as condições econômicas do momento (ou conforme a mentalidade dos nossos governantes). (RATTI, 2010, p. 209)

O Banco Central do Brasil, como legítimo órgão regulador e controlador do mercado cambial, tem a responsabilidade de atuar como participante do mercado a fim de equilibrar a taxa de câmbio conforme estipulado pela política cambial do governo. A ação do BACEN é materializada compra e venda de ativos estrangeiros, e a consequência dessa operação interfere diretamente no mercado cambial e na oferta de moeda doméstica, isso porque, quando o BC ingressa no mercado realizando uma compra de um ativo estrangeiro há um aumento na demanda por moeda estrangeira, o que faz a taxa de câmbio aumentar se a oferta pela moeda estrangeira continuar estável. Como o pagamento do BC é realizado por moeda nacional, logo, há um aumento na oferta de moeda nacional. No caso da venda de um ativo estrangeiro a operação é inversa, há uma redução na taxa cambial e uma queda na quantidade de moeda nacional ofertada.

O principal órgão regulador do mercado cambial, o BACEN, também determina qual será a diretriz que este mercado irá atuar, essa diretriz é denominada de regime cambial, o regime cambial é determinado de acordo com a conjuntura econômica e a determinação de política cambial orientada pelo governo federal.

Atualmente no Brasil o regime cambial vigente é o Regime de Câmbio Flutuante, até 1999 era praticado o Regime de Câmbio Fixo.

O regime de câmbio fixo tem um viés mais intervencionista, pois, a determinação da taxa cambial é dada pelo governo, essa determinação da taxa de câmbio implica em definir qual será o valor de conversão da moeda estrangeiras em todas as operações que ocorrerem naquele período, sejam elas de entrada ou saída. Segundo Carmo (2006), a fixação da taxa cambial tem a finalidade de ancorar a moeda nacional a uma moeda internacional de caráter mais forte no mercado mundial, com essa ancoragem o país transmitirá mais segurança aos investidores internacionais, desse aumento de confiança internacional a fixação cambial ajuda no combate a inflação interna.

Ainda de acordo com Carmo (2006), o regime de câmbio fixo pode ser estipulado de três formas distintas: ancoragem unilateral, arranjo cambial cooperativo e regime de bandas cambiais. No regime de ancoragem unilateral a responsabilidade pela manutenção da paridade é do país ancorado, esse tipo de ancoragem ocorreu quando a maioria dos países tinham como padrão monetário o padrão-ouro, dessa forma a moeda forte, que no caso já era o dólar americano, tinha sua relação estipulada em ouro, assim, os Estados Unidos definiam apenas o valor do ouro em relação ao dólar, a principal restrição desse tipo de ancoragem era a delimitação da política monetária dos países que atuavam sob este regime. O *currency board* é um tipo de ancoragem unilateral mais brusca, neste tipo de controle cambial o país define uma taxa de câmbio fixa e vincula o volume da moeda local à quantidade de moeda estrangeira existente no país, com a adoção desse tipo de regime o país que o adota perde totalmente o controle proveniente de política monetária, pois, o controle de liquidez da economia nacional passa a depender exclusivamente da entrada e saída da divisa estrangeira.

No modelo de arranjo cambial cooperativo todos os países envolvidos são responsáveis na manutenção das paridades cambiais entre as respectivas moedas, um grande exemplo é a União Europeia, para aplicação deste tipo de regime é necessário que as políticas econômicas de cada país sejam estáveis. A terceira maneira de ancoragem, e a mais conhecida pelos brasileiros, é o regime de bandas cambiais, este tipo de determinação de controle cambial o país impões um limite máximo “x” e um limite mínimo “y” e a variação cambial deverá transcorrer pelo intervalo contido entre esses dois limites, assim teremos a determinação do preço da

moeda estrangeira. Esse sistema foi adotado no Brasil entre 1995 e 1999, neste período a escolha por esse sistema foi determinada devido a maior flexibilidade à política monetária que o mesmo oferece.

O início do ano de 1999 foi marcado pela alteração do regime cambial brasileiro, a política cambial que antecede este ano tinha como diretriz o sistema de “bandas”, a partir de então a política cambial passa a ser mais livre, pois o Brasil passa a adotar o Regime de Câmbio Flutuante. Este regime tem a determinação das suas taxas cambiais através da relação de demanda e oferta por moeda estrangeira, conforme citamos no gráfico 1, a relação de demanda e oferta por moeda estrangeira, demonstra na intersecção das curvas seu ponto de equilíbrio, neste ponto temos como resultado a taxa cambial. No gráfico 1 - Oferta e Demanda Cambial, é exemplificada a relação entre as variáveis, demanda e oferta.

Nesse regime também há algumas diferenciações, como flutuações “limpas”, em que a autoridade monetária nunca interfere no mercado de divisas. Existem, também, e são muito comuns em alguns países, as flutuações “sujas”, em que o governo, por meio de política cambial, interfere no mercado de divisas. Ele pode, neste caso, impor limites mínimo e máximo para a flutuação cambial. (CARMO, 2006, p.94).

Conforme destacado por Carmo (2006), a flutuação nem sempre é livre (limpa), as intervenções do governo são claras e constantes no caso brasileiro, a autoridade monetário, Banco Central do Brasil, é quem “suja” o mercado cambial que vigora sobre o regime flutuante.

É evidente a necessidade dos países atuarem como controladores da política econômica cambial. Como podemos notar na breve transcrição dos regimes de câmbio fixo e flutuante que fizemos acima, a interferência governamental neste mercado ocorre ora de forma brusca, no caso do controle da taxa cambial praticado pelo regime fixo, ora de forma mais branda, como exemplo as intervenções do mercado de câmbio quando o regime é flutuante. O Banco Central do Brasil (2014) descreve em seu site que a política cambial: *“É o conjunto de ações governamentais diretamente relacionadas ao comportamento do mercado de câmbio, inclusive no que se refere à estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos”*.

Conforme aponta Silva (1991):

Vejamos, pois, o que é este controle. Controle cambial é a intervenção governamental no mercado de divisas, determinando, através de instrumentos legais (Leis, Decretos, Instruções etc.) as cotações das moedas estrangeiras e exigindo que todas as operações cambiais sejam

efetuadas às taxas preestabelecidas. Desta forma, as taxas permanecerão estáveis. Todavia, a administração do controle cambial é muito complexa e leva, fatalmente, ao controle das transações econômicas com o exterior visando equacionar a oferta e a procura de divisas com a taxa estabelecida pelas autoridades, ou seja, com a taxa oficial. O objetivo principal do emprego do controle cambial é a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos (SILVA, 1991, p.109).

O exposto por Silva se refere ao controle cambial no regime de câmbio fixo, onde é determinado pelo governo qual será o valor da taxa de câmbio, em alguns casos o governo determina qual será o intervalo que a taxa de câmbio deverá oscilar, estes limites são chamados de “bandas” e foi aplicado no Brasil até 1999. Este tipo de controle é dado como intervencionista, pois o Estado determina de forma direta e autoritária o valor da taxa de câmbio que deverá ser praticada no país.

Além disso, com o objetivo de eliminar as flutuações exageradas, o governo poderá intervir no mercado, seja mediante congelamento da taxa cambial, seja através dos chamados fundos de estabilização cambial. Os fundos de estabilização cambial são constituídos de substanciais reservas de ouro e moeda estrangeira em poder do governo, de modo que o mesmo poderá influenciar as taxas cambiais objetivando a sua manutenção até um nível desejado. Quando, por exemplo, se verificasse sensível elevação do preço de uma divisa estrangeira, o governo lançaria no mercado, para venda, um certo contingente dessas divisas, provenientes de suas reservas ou adquiridas de outro país. No caso de queda acentuada de preço, o governo procuraria equilibrar o mercado efetuando compras maciças dessas divisas. Deve-se ressaltar que o apelo a esses fundos de estabilização cambial não invalida a estrutura de um mercado de câmbio livre. (RATTI, 2010, p. 129-130)

A forma de ação do controle cambial no regime de câmbio flutuante é identificada através da participação da autoridade monetária do Brasil, BACEN, no mercado cambial, conforme explicitado por Ratti (2010), o BACEN intervém no mercado através de oferta e demanda por moeda estrangeira, essa oferta é proporcionada pelos fundos de reserva cambial do governo, a demanda é oriunda da necessidade do governo em aumentar suas reservas cambiais. Este controle é dado como menos intervencionista, pois, não há uma imposição direta do governo sobre o valor da taxa cambial, o que há é uma participação maior do agente econômico “governo” no mercado cambial. Essa participação influencia a relação de oferta e demanda por moeda estrangeira, a variação sobre essa relação gera impacto sobre a taxa de câmbio.

Para Ratti (2010), o controle cambial tem como principal objetivo equilibrar o balanço de pagamentos, e para isso são necessárias várias medidas no sentido de restringir as importações ao nível das exportações, além de limitar os

gastos com serviços estrangeiros, viagens internacionais, entre outros. Outra grande motivação do controle cambial é a necessidade de limitar os movimentos de capitais para o exterior. O governo pode aplicar o controle cambial de diversas formas, conforme Ratti (2010), todas essas maneiras de aplicação são enquadradas em três modalidades:

- 1 – as que impõem restrições quanto às divisas estrangeiras;
- 2 – as que impõem restrições quanto à natureza das transações que dão origem à operação cambial; e
- 3 – as que impõem restrições tanto em relação às divisas, como também em relação à natureza das transações.

Conforme Ratti (2010), a limitação de moedas estrangeiras pode ser denominada de racionamento de divisas, o racionamento das divisas é aplicado sob a forma de quotas cambiais, leilões de câmbio, entre outras medidas, com esse tipo de controle o agente econômico tem dificuldade em obter a divisa que necessita para efetivar suas transações, porém quando o agente consegue obter a divisa não há nenhum outro empecilho que possa influenciar o processo de transação do mesmo.

O autor deixa claro que a segunda modalidade de controle, as que impõem restrições quanto à natureza das transações, aplica uma interferência sobre as transações que são negociadas entre os países, no Brasil obviamente que o enfoque desse controle é voltado para a importação das mercadorias e migração dos recursos financeiros do país.

Ratti (2010) ressalta que essas restrições podem ser aplicadas sobre determinados tipos de mercadorias, remessas de juros, dividendo, royalties, despesas de turismo, entre outros. Toda essa limitação é examinada pelo poder público para que seja definido com critério específico quais serão as limitações e sobre quais as transações que serão aplicadas. *“O que deve ficar claro é que nesses sistemas as restrições não incidem sobre o tipo de divisa estrangeira ou sobre a quantidade de divisas adquiridas pelo interessado, mas sim sobre a maneira pela qual elas serão utilizadas”* (RATTI, 2010, p.192).

Para o autor, a terceira modalidade é determinada pelos sistemas mistos, a utilização dessa modalidade de controle implica na definição por parte do governo de quais serão as transações internacionais que serão liberadas, no sistema misto o controlador também estipula qual será a divisa utilizada nas

transações, liberadas pelo governo, e quanto será autorizado desta divisa para o agente.

A política cambial se caracteriza pela administração da taxa de câmbio, com o objetivo de equilibrar o mercado externo, no sentido de manter equalizado o poder de compra do país em relação aos demais com que este mantenha relações de troca. (MARINHO, 1999, p.118)

Todas as ações do governo são realizadas para conter oscilações exageradas que iram valorizar ou desvalorizar a moeda nacional. Segundo Carmo (2006) a valorização cambial indica um aumento do poder de compra da moeda nacional perante as moedas estrangeiras, ou seja, corresponde a uma redução da taxa de câmbio, o contrario ocorre com a desvalorização cambial, ou seja, a desvalorização da moeda nacional indica uma perda do poder de compra da moeda nacional ante as moedas estrangeiras, isso corresponde a um aumento da taxa de câmbio.

Para exemplificar imagine a situação em que 1 dólar corresponda a R\$ 1,00, se houver uma valorização do real de 10%, então 1 dólar passará a custar R\$ 0,90, desta forma teríamos um ganho de 0,10 centavos de real em poder de compra por dólar necessário na operação econômica.

A desvalorização segue o mesmo processo só que de maneira inversa, ou seja, suponhamos que 1 dólar custe R\$ 2,00, mas uma pressão do mercado determina uma desvalorização da moeda nacional em 20%, isto implicaria sobre a taxa de câmbio de tal maneira que 1 dólar passaria a ser comprado por R\$2,40.

Conforme aponta Ratti (2010):

- *apreciação (appreciation) é a elevação gradual do valor de uma moeda como resultado das forças de oferta e procura de um mercado, em um sistema de taxas cambiais flutuantes;*
- *valorização (revaluation, revalorization, upvaluation) ocorre quando o valor oficial de uma moeda é aumentado por decisão das autoridades monetárias do respectivo país;*
- *depreciação (depreciation) é o declínio gradual no valor de uma moeda, em virtude das condições de oferta e procura de um mercado, em um sistema de taxas cambiais flutuantes;*
- *desvalorização (devaluation) vem a ser a queda do valor de uma moeda em relação às demais, determinada por um ato governamental. Ocorre quando uma moeda tem paridades fixas. Poderá também ocorrer em um sistema em que são estipulados limites mínimos e máximos para a taxa cambial. É o sistema de faixas cambiais de flutuação (ou "bandas" cambiais), utilizado no Brasil entre 1995 e início de 1999. Assim, quando os valores dos limites eram alterados para cima ocorria uma desvalorização cambial. (RATTI, 2010, p.143)*

Para simplificar o entendimento, os termos apreciação, valorização; e, depreciação, desvalorização, serão interpretados de forma que eles detenham o

mesmo significado, a diferença de um para o outro é a forma que o governo intervém, mas o intuito da ação governamental é sempre o controle da taxa de câmbio, e isso ocorre em ambos os regimes. A atuação do governo no regime de câmbio fixo é mais radical, e no regime de câmbio flutuante esta atuação governamental é aplicada de forma menos agressiva, mas o objetivo do controle cambial por parte do governo é evidente nos dois regimes, por isso, vamos adotar que apreciação e valorização são sinônimos independente do regime que estivermos discutindo, assim como, depreciação e desvalorização.

O quadro abaixo sintetiza quais são as vantagens e desvantagens da valorização e desvalorização do real.

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens da valorização e desvalorização do Real

<p>Vantagens do real valorizado</p> <p>Os consumidores brasileiros pagam menos pelos produtos importados.</p> <p>Os preços menores dos bens importados ajudam a manter baixa a inflação no Brasil.</p> <p>Os consumidores brasileiros gastam menos quando viajam ao exterior.</p> <p>Os investidores brasileiros podem adquirir ações e empréstimos no exterior a preços mais vantajosos.</p>	<p>Desvantagens do real valorizado</p> <p>As empresas exportadoras brasileiras terão mais dificuldades para concorrer nos mercados externos.</p> <p>As empresas nacionais terão mais dificuldades para concorrer no mercado interno com os produtos estrangeiros que estarão relativamente mais baratos.</p> <p>Os turistas estrangeiros gastarão mais para viajar para o Brasil.</p> <p>O país pode ficar vulnerável à medida que o mercado financeiro começa especular que ele não tem divisas para manter a moeda valorizada.</p>
<p>Vantagens do real desvalorizado</p> <p>As empresas exportadoras encontram maior facilidade para aumentar sua participação no mercado externo.</p> <p>As empresas nacionais acabam tendo uma barreira protecionista via preço de câmbio para manter seu mercado.</p> <p>Um maior número de turistas estrangeiros se interessa por pacotes turísticos no país.</p> <p>A indústria nacional pode ser incentivada a produzir mais, em razão dos primeiros efeitos.</p>	<p>Desvantagens do real desvalorizado</p> <p>Os consumidores pagam preços mais elevados pelos produtos importados.</p> <p>Os preços mais elevados do produto externo, aliado a um mercado interno menos competitivo, podem gerar uma inflação maior.</p> <p>Os brasileiros terão custos maiores para viajar para o exterior.</p> <p>As empresas, o governo e todos os que têm dívidas em moeda estrangeira podem aumentar suas dívidas em reais quando há uma desvalorização.</p>

Fonte: CARMO, 2006, p.84

Conforme demonstrado no quadro acima, uma política cambial eficaz é muito importante para a manutenção da economia do país, isso porque as oscilações cambiais impactam diretamente diversas variáveis econômicas fundamentais para administrar os objetivos econômicos e assim alcançá-los. Estes impactos incorrem sobre: a renda, inflação, investimento, dívida externa, industrialização, fluxo de capitais, comércio internacional, dentre outros. Examinando o impacto da valorização e desvalorização do real sobre o comércio internacional, identificamos que na teoria a valorização do real causa um efeito negativo sobre as exportações, pois, o real valendo mais moeda estrangeira gera uma elevação no preço do produto. Suponhamos que uma saca de café é avaliada em R\$ 400,00 se a taxa de câmbio R\$/US\$ for igual a 2,00 o comprador internacional terá que desembolsar US\$ 200,00, se houver uma valorização do real e a taxa de câmbio R\$/US\$ passar a ser igual a 1,00 o comprador terá então que desembolsar o valor de US\$ 400,00. Esta elevação do preço indica que haverá uma redução considerável no volume de exportação devido à elevação do custo do produto cotado em moeda estrangeira. Essa redução ocorre principalmente nos produtos que tem um alto nível de elasticidade-renda e que também é facilmente substituído ou encontrado no mercado internacional, vamos descrever mais sobre a competitividade internacional no capítulo 3 deste trabalho.

Em contra posição a importação é impactada positivamente com a valorização do real, pois com o real valendo mais moeda estrangeira R\$/US\$ os produtos internacionais passam a custar menos para os compradores brasileiros, isso propicia um cenário mais favorável para a importação dado a influencia do preço sobre a decisão do consumidor final, ou seja, há um aumento do poder de compra do brasileiro e isto o motiva a consumir mais bens importados. O inverso é verdadeiro, pois a desvalorização do real impacta de forma positiva as exportações e de forma negativa as importações.

Conforme explica Marinho (1999):

Desestímulo às importações: A necessidade de se gastar mais moeda nacional para se obter uma unidade de moeda estrangeira, encarece a importação, tornando-se fator desestimulante. Este é um mecanismo que apesar de contribuir para uma menor importação (uma vez que os produtos estrangeiros se tornam mais dispendiosos), pode ser considerado de efeito inflacionário, porque há produtos que pela sua alta inelasticidade precisam continuar a ser adquiridos no exterior, como é o caso do petróleo para os países não-produtores. (MARINHO, 1999, p.123 e124)

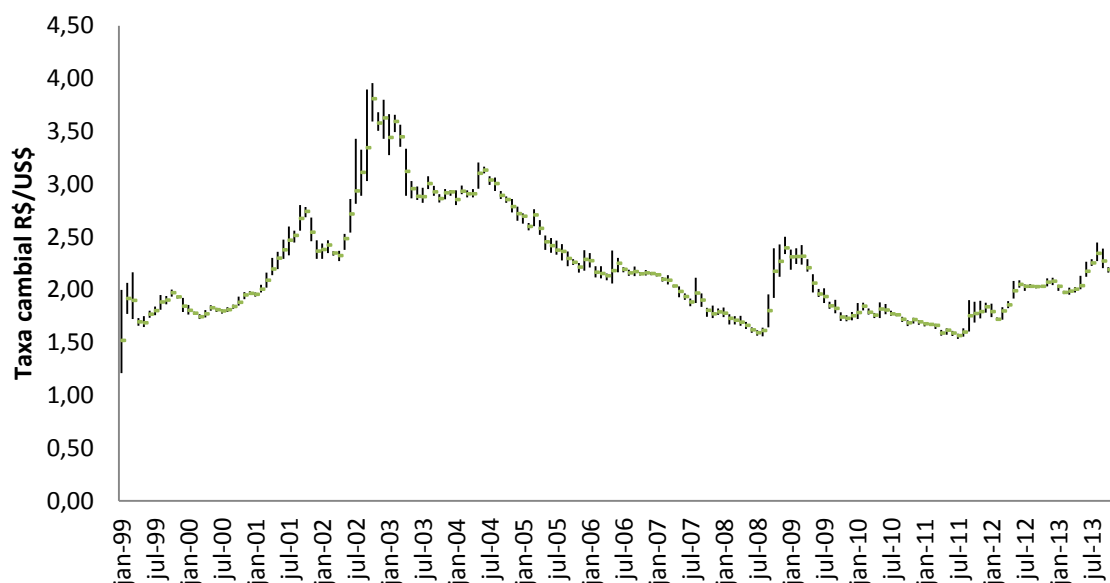
2.4. VARIAÇÕES CAMBIAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1999 A 2013

O Banco Central do Brasil como órgão controlador do sistema cambial é quem regulamenta como será o processo de definição da taxa câmbio no Brasil. Em consulta ao site do BACEN identificamos as taxas cambiais dos períodos que estamos analisando. Conforme o BACEN, a cotação apresentada é calculada através do fechamento PTAX. As taxas PTAX de compra e de venda correspondem, respectivamente, às médias aritméticas das taxas de compra e de venda das consultas realizadas diariamente. São feitas quatro consultas de taxas aos dealers de câmbio: entre 10h e 10h10; 11h e 11h10; 12h e 12h10; e 13h e 13h10. As taxas de câmbio de compra e de venda referentes a cada consulta correspondem, respectivamente, às médias das cotações de compra e de venda efetivamente fornecidas pelos dealers, excluídas, em cada caso, as duas maiores e as duas menores.

Conforme as circulares 3506, de 23/09/2010, e 3537, de 25/05/2011, a partir de 01/07/2011, as taxa seriam apresentadas através das médias aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia. Até 30/06/2011 a taxa era calculada através da média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, conforme comunicado N.6815/99 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

No gráfico abaixo será apresentado às taxas de câmbio mensais dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2013, com representação semestral.

O presente gráfico deixa nítido o quão volátil é o mercado cambial brasileiro. O gráfico evidencia momentos de tendência, porém há momento que observamos a formação de extremos em um curto espaço de tempo.

Figura 3 – Gráfico: Variação mensal da taxa de câmbio 1999 - 2013

Fonte: Banco Central do Brasil: elaboração do autor.

Este gráfico foi elaborado através da análise das cotações diárias do período, de acordo com esses dados identificamos qual foi a maior e a menor taxa de câmbio ocorrida dentro do mês, essa variação entre a maior e a menor taxa cambial é demonstrada pelos dois extremos das barras contidas no gráfico. O ponto destacado na barra é dado pela média mensal das taxas cambiais.

O início do período analisado foi marcado por uma forte elevação da taxa cambial, de janeiro de 1999 a outubro de 2002 a taxa de câmbio saltou de R\$ 1,2087 para R\$ 3,8051, em 46 meses houve um aumento de 215%. Essa acentuada elevação foi diluída durante muitos meses, assim, a taxa de câmbio voltou a se aproximar do mesmo patamar apresentado em 1999 somente em agosto de 2008, quando o câmbio recuou para R\$ 1,5585.

Com a eclosão da crise internacional ocorrida em 2008 a taxa de câmbio voltou a subir, alcançando em meados de dezembro a taxa de R\$ 2,3936, com isso, temos uma oscilação de 49% em apenas quatro meses.

Após o pico observado em 2008, o câmbio seguiu uma nova tendência de queda, atingindo em julho de 2011 a ordem de R\$ 1,5337, marcando assim uma oscilação de 36%, durante este intervalo de tempo.

De julho de 2011 a dezembro de 2013, a taxa cambial retomou forças e acelerou sua elevação, passando de R\$ 1,5337 em 07/2011, para R\$ 2,3439 em 12/2013, neste período o percentual de variação foi de 53%.

3. COMÉRCIO EXTERIOR E A IMPORTÂNCIA DA IMPORTAÇÃO

No primeiro capítulo a evolução histórica das trocas, nesta parte do trabalho será abordada qual a importância desta relação de comercial que tanto evoluiu. O foco principal será a importação, ou seja, a compra de mercadorias do exterior.

3.1. COMÉRCIO EXTERIOR

Em A Riqueza das Nações, obra de Adam Smith que foi publicada em 1776, obtém-se a primeira discussão teórica e exclusiva sobre economia e o comércio entre países. Nas palavras de Carvalho (2000): *“Smith, nesse trabalho, tinha um alvo claro: o mercantilismo. Atacava todo o conjunto de idéias mercantilistas defendidas e implementadas por chefes de Estado, altos funcionários, comerciantes e financistas – em suma, a elite econômica da época”* (CARVALHO, 2000, p.4).

Conforme análise de Soares (2004):

A idéia central de Smith é que a produção, ou seja, a criação de produtos para troca, sempre requer o uso do fator básico de uma nação, o trabalho humano.

Nesse sentido, o cerne da teoria econômica que apresenta em seu livro – essencialmente uma teoria do crescimento econômico – é claro e concisamente apresentado nas primeiras páginas: a riqueza ou bem-estar das nações é identificado como seu produto anual per capita, que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pelo rendimento do trabalho útil ou produtivo (entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre o seu custo de reprodução) e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. (SOARES, 2004, p.29)

Carmo (2006) destaca que a contribuição de Smith, através da publicação de sua obra, atualmente continua sendo muito discutida, pois as principais indagações que foram apresentadas ao sistema econômico se resumem nos conceitos de divisão do trabalho e mão invisível do mercado.

Segundo Soares (2004, p. 29): *“para os economistas clássicos, a riqueza das nações advinha da capacidade do país de produzir de forma eficiente bens que poderiam ser trocados por aqueles que o país não produzia de forma competitiva”*. Com isso, o autor observa que com o decorrer do tempo o comércio

exterior se tornou uma atividade multidisciplinar e que seu conceito seria distinto conforme o ângulo de análise, como exemplo, ele cita que para o economista o comércio exterior seria a relação de troca entre os agentes econômicos instalados em países distintos, já o administrador poderia ressaltar que o comércio exterior trata-se de uma operação de compra e venda internacional onde há um processo que se inicia na negociação e termina nos aspectos contábeis do processo. Por fim, o autor comenta sobre a visão de um jurista, que nessa ótica observa-se a atividade de comércio exterior como: *“um ato jurídico formalizado, a partir da vontade dos contratantes, por meio de um contrato que gera obrigações e direitos às partes e, eventualmente a terceiros”* (SOARES, 2004, p.8).

A convenção de Haia de 1964 – Convenção Uniforme em Matéria de Compra e Venda Internacional – define que uma compra e/ou venda é internacional contanto que:

- os estabelecimentos comerciais ou as residências das partes encontrem-se em territórios de países diferentes;
- os atos de oferta e aceitação sejam efetivados em territórios de países diferentes;
- a coisa ou o objeto negociado esteja situado e seja transportado entre territórios de países diferentes; e
- a coisa ou o objeto negociado deva ser entregue no território de um Estado diverso daquele em que se realizaram a oferta e aceitação (SOARES, 2004, p.9).

Outra discussão importante com o intuito de corroborar com a evolução e formalização do comércio exterior, foi realizada em 1980 a Convenção de Viena, que foi proposta e executada pela Comissão de Legislação do Comércio Exterior das Nações Unidas (Uncitral). Conforme apontamento de Soares (2004), esta convenção tinha como objetivo principal uniformizar e atualizar um corpo de normas relativas aos contratos de compra e venda internacional. Nas palavras do autor:

Com base nessa convenção, uma compra e venda internacional ocorrem sempre que:

- as partes tenham seu estabelecimento em países diferentes, independentemente da nacionalidade ou do caráter cível ou comercial das pessoas envolvidas;
- os eventuais conflitos contratuais sejam resolvidos pela legislação de um dos países das partes contratantes;
- a coisa ou o objeto vendido não consista exclusivamente em fornecimento de mão de obra ou outros serviços (SOARES, 2004, p.10).

3.2. DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Observando o cotidiano das indústrias inglesas Adam Smith (apud, Soares, 2004), identificou que o processo produtivo havia se modificado. Smith denominou esta mudança do processo produtivo, como a divisão do trabalho, esta alteração na forma de se produzir foi o precursor da especialização e da forma de produção do sistema capitalista.

Analisando empiricamente os estágios iniciais da industrialização inglesa, observou que as indústrias separavam o processo de produção em diferentes estágios, e cada trabalhador ou grupo de trabalhadores se ocupava somente de uma parte da produção, contrariamente às manufatura medievais, em que o artesão fabricava todo o bem do início ao fim. Ele denominou essa prática de divisão do trabalho.

Essa especialização aumentou consideravelmente a produtividade dos trabalhadores e das indústrias e constitui a base da forma de produção capitalista. Assim, a industrialização significou uma transformação do artesão medieval a um processo produtivo marcado pela divisão do trabalho em operações simples e especializadas. (SOARES, 2004, p.30)

Ainda segundo Smith (apud, Soares, 2004), a troca é reflexo da existência de uma divisão do trabalho estabelecida no sistema produtivo, isso porque, os que trocam são aqueles que não produzem tudo que necessitam, mas que se especializam na produção daquilo que são mais capazes, para que assim realizem as trocas de seus excedentes por aquilo que os falta. *“Para Smith, o fundamento do comércio internacional é justamente a divisão internacional do trabalho, isto é, a especialização de cada país individual em determinados tipos de atividade econômica”* (SOARES, 2004, p.30).

Soares (2004), analisando a divisão internacional do trabalho apresentada por Smith, ressalta que o motivo da especialização de um país, em determinada atividade econômica, pode ser fruto das habilidades dos trabalhadores ou da abundância de matérias primas que o país detém em seu território.

Segundo Silva (1991), a combinação dos fatores de produção – recursos naturais, mão de obra e capital, são distintos pelo mundo. Os fatores produtivos somados a capacidade empresarial e a tecnologia disponível em determinada região, apresentam como resultado o perfil da atividade econômica dessa região, bem como a especialização de produção daquele território. Nas palavras do autor:

Nós como indivíduos, não produzimos todos os bens e serviços de que necessitamos. Especializamo-nos em uma determinada atividade e com a

renda aí obtida adquirimos tudo o que usamos e não temos possibilidade de produzir. A especialização eleva o nível de vida individual e coletivo. Paralelamente, o comércio não pode manter-se limitado às fronteiras de um país. Em nosso consumo diário é normal o uso de produtos importados ou, ainda, de produtos nacionais em cuja produção foram utilizados matérias-primas ou equipamentos estrangeiros (SILVA, 1991, p.44).

Conforme a abordagem de Silva (1991), a oferta dos principais fatores de produção constitui os motivos essenciais da diferença produtiva pelo redor do mundo. Como fruto desta diferença temos a especialização de cada país em determinada atividade econômica.

Os Recursos Naturais são impactados pela vasta variação climática de região para região, isso provoca diversificação da atividade produtiva, principalmente no setor agropecuário. Como exemplo, o clima da região brasileira é muito favorável para a produção de café, já a Argentina tem o clima favorável para a produção de trigos e maçã. Além da agropecuária temos variações de recursos naturais pelo mundo quanto à fertilidade do solo em produção de minério, carvão, ouro, além é claro o petróleo. De acordo com Silva (1991), os países que não têm abundância de recursos naturais direcionam suas habilidades a outras atividades econômicas, como exemplo a industrialização/agricultura.

Outro fator destacado por Silva (1991) é a mão de obra, a quantidade e a qualidade da oferta deste fator têm relação íntima com o tipo de atividade que o país irá se dedicar. Nos países subdesenvolvidos a baixa qualidade da mão de obra, determina como atividade predominante do país a agricultura, pois neste setor não é necessário alta qualificação e nem conhecimentos técnicos avançados por parte da força de trabalho, mas sim ao vigor para seja utilizado a força física deste recurso produtivo. O contrário ocorre em países desenvolvidos onde a mão de obra é mais qualificada e essa aplica seus conhecimentos nos processos de transformação no intuito de aperfeiçoamento constante dos mesmos. O aperfeiçoamento sistemático dos processos produtivos, proporcionados pela qualificação dos ofertantes de força de trabalho, somado a evolução tecnológica, tem como principal resultado o aumento da produtividade da força trabalho.

O fator produtivo capital também é abordado por Silva (1991), ele ressalta que a abundância de capital proporciona uma maior viabilidade para a atividade produtiva industrial. Isso porque a produção industrial requer um grande emprego de máquinas, equipamentos e instalações. Sabendo que os países desenvolvidos dispõem de capital em abundância em relação aos países

subdesenvolvidos, podemos então detectar que as atividades industriais se concentram nos países desenvolvidos.

Segundo Maia (2003):

Além da divisão do trabalho, outros fatos tornaram o Comércio Internacional uma necessidade. Ei-los:

- desigual distribuição das jazidas minerais em nosso planeta. A título de exemplo, citamos o petróleo que é inexistente em alguns lugares e abundante em outros;

- diferença de solos e climas, que diversifica a produção agrícola dos países;

- diferença dos estágios de desenvolvimento econômico. A título de exemplo, o Brasil exporta aviões de porte médio e importa aviões de grande porte.

Em virtude dos motivos apontados, cerca de 25% dos bens produzidos no mundo são exportados. Isso nos mostra a importância do comércio internacional (MAIA, 2003, p.24).

Baseado no exposto ressalta-se que a disponibilidade dos fatores de produção é fundamental para a determinação do tipo de atividade econômica do país. Conforme Silva (1991) é necessário ressaltar que mesmo que houvesse uma igualdade entre os fatores produtivos, a aptidão dos empresários e a tecnologia disponível, continuaria sendo essencial à atividade de comércio internacional, pois a existência deste comércio somada à diversificação dos fatores produtivos por região é que propicia a especialização e, como consequência, o aperfeiçoamento do produto e a maximização da qualidade e principalmente dos lucros.

Além disso, a especialização apresenta uma redução de custo considerável que impacta no preço final do produto e proporciona o aumento de bem-estar sugerido por Smith. Nas palavras de Silva (1991):

Dois fatores principais inter-relacionados explicam como o comércio exterior favorece o desenvolvimento econômico e contribui para a elevação do nível de vida da humanidade. São eles:

As nações não estão igualmente equipadas e em condições de produzir todos os tipos de mercadorias e serviços. Algumas são mais ricas em recursos naturais, outras em mão-de-obra especializada etc. Desta forma elas tendem a ser relativamente ricas ou pobres com relação a determinado fator de produção.

Devido a estas diferenças, os custos de produção variam de país para país. As desigualdades de custo geram o comércio entre as nações. Certas mercadorias podem ser obtidas a custos menores – do que se fossem produzidas internamente – por intermédio do comércio internacional (SILVA, 1991, p.44).

3.3. VANTAGENS ABSOLUTAS – ADAM SMITH

Segundo Soares (2004), a divisão internacional do trabalho apresentada por Smith, que gera como consequência a especialização de um país em determinada atividade econômica, é dada pela menor quantidade de horas trabalhadas que determinado país leva para produzir uma mercadoria em relação à produção da mesma mercadoria por outro país (parceiro comercial). Conforme o autor:

Em resumo, a principal contribuição teórica de Smith à economia internacional foi a generalização do conceito da divisão do trabalho nas manufaturas inglesas ao comércio internacional. Assim, cada país deveria se especializar na produção de bens que utilizasse menos horas trabalhadas do que os seus parceiros comerciais. Ou seja, nos bens em que detivesse vantagens absolutas com relação aos seus parceiros comerciais (SOARES, 2004, p. 32).

Considerando que as vantagens absolutas são dadas pela oferta adequada dos fatores de produção (mão de obra, recursos naturais e capital), bem como, pela maximização da utilização destes recursos, ou seja, ganho de produtividade, temos que a especialização gerada pela divisão do trabalho é a principal propulsora deste ganho de produtividade.

Segundo Carmo (2006, p. 4): “como o valor das mercadorias seria determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la, podemos afirmar que o determinante, para Smith, seria o custo da mercadoria em termos de mão-de-obra”. Considerando a mão-de-obra como determinante de valor da mercadoria, é evidente que quanto menos tempo deste recurso for aplicado sobre uma mercadoria, maior será sua vantagem perante outro país.

Nas palavras de Vasconcellos (1998):

As conclusões extraídas por esta teoria são bastante simples, sendo possível enumerá-las antes mesmo da explicação do seu funcionamento. Em primeiro lugar, a teoria afirma que duas nações têm relações comerciais quando apresentam custos de produção diferentes. Em segundo lugar conclui que uma nação exportará sempre aquele produto que produzir com custos relativamente menores o que o de outra. E finalmente, a partir destes resultados, argumenta que o comércio entre duas nações é vantajoso para ambas (VASCONCELLOS, 1998, p. 471).

Para facilitar a discussão sobre as vantagens absolutas vamos exemplificar como as mesmas se apresentam na economia. Para isso, utilizaremos a proposta apresentado por Carvalho (2000). O autor utiliza-se do pensamento de Smith onde o único fator de relevância na produção é o trabalho, e este é

representado pela letra L. Com o objetivo de simplificar ainda mais o entendimento, o autor, supõe que a produção de dois países seja exclusivamente de apenas dois produtos, os quais serão representados por X e M. O X irá representar os produtos agrícolas e o M será a representação dos produtos industrializados.

As expressões abaixo representam a relação entre a quantidade produzida do bem e as quantidade de insumo utilizado em sua produção, ressalto que iremos considerar a quantidade de insumos através da letra L, e que na visão de Smith (apud, CARVALHO, 2000) a principal relevância é apresentada pelo recurso mão de obra. Assim teremos a função de produção representada da seguinte forma:

$$X=f(L)$$

$$M=f(L)$$

A primeira expressão nos demonstra que para se produzir determinada quantidade do produto X, é necessário que haja certa quantidade de tempo de trabalho (L) aplicada sobre a produção do mesmo. Na segunda expressão observamos a mesma demonstração, mas a quantidade de tempo da força de trabalho é dispendida sobre a produção da mercadoria M. As funções de produção demonstradas acima são apresentadas de uma forma subjetiva, e apenas através destas funções não é possível identificar qual a quantidade de insumo (L) utilizada na produção de uma unidade de um dos bens (X ou M).

Utilizando o conceito microeconômico, Carvalho (2000) responde essa questão através do coeficiente técnico de produção, ou coeficiente de insumo/produto:

$$I_{x=\frac{L}{X}}$$

$$I_{m=\frac{L}{M}}$$

Para direcionar o exemplo é admitido que os países fossem denominados de W (o resto do mundo) e B (o Brasil), ambos possuem 1.200 horas de trabalho disponíveis para produzirem as mercadorias X e M. No quadro abaixo temos a determinação dos coeficientes técnicos de produção por hora de trabalho de cada país.

Quadro 2 – Coeficientes técnicos de produção (em horas de trabalho)

País	Bem	
	X	M
W	$l^w_x = 3$	$l^w_m = 2$
B	$l^b_x = 2$	$l^b_m = 3$

Fonte: CARVALHO, 2000, p.6.

O Quadro 2 proporciona a identificação de que a produção agrícola no resto do mundo (país W), é menos produtiva do que a produção industrial, isso porque, em W é necessário à aplicação de três horas de trabalho (L) para se produzir uma unidade do bem X, enquanto que para se produzir o bem M duas horas são suficientes. No caso do Brasil (país B), identifica-se justamente o contrario, ou seja, para se produzir uma unidade do bem X o Brasil aplica seus recursos (L) durante duas horas, e para a produção de um bem industrializado (M) é preciso à utilização de três horas dos recursos de produção (L). *“Essa diferença existente entre os países em relação ao número de horas necessárias para produzir o mesmo bem é o que se denomina de teoria das vantagens absolutas”*, diz o autor (SOARES, 2004, p. 30).

Com base nesta análise é possível concluir que a produtividade do país W (o resto do mundo) é maior para a geração das mercadorias industrializadas (M), e que no país B (Brasil) a produtividade é maior para a geração de mercadorias agrícolas (B). *“É importante reter essa idéias de produtividade do fator de produção, que é fundamental na discussão do comércio internacional”* (CARVALHO, 2000, p. 6).

Na suposição de Carvalho (2000) é apresentado um cenário onde não há prática de comércio exterior pelos países W e B, ou que os países tenham condição de autarquia. Considerando que ambos detêm a mesma quantidade de fator produtivo (L), que é igual a 1.200 horas de trabalho. Cada país irá empregar metade das suas horas de trabalho na produção das mercadorias X e M, ou seja, 600 horas para produção de X e as outras 600 horas na produção de M. Teremos então o seguinte resultado:

Quadro 3 – Produção e consumo em autarquia

País	Produção			Consumo		
	X	M	Total	X	M	Total
W	200	300	500	200	300	500
B	300	200	500	300	200	500
Total	500	500	1000	500	500	1000

Fonte: CARVALHO, 2000, p.6.

Segundo Carvalho (2000, p.7): “considerando a hipótese de ausência de comércio exterior cada país só pode consumir o que produz; logo, a produção é igual ao consumo”. Os valores do quadro acima foram obtidos através a aplicação dos coeficientes técnicos de produção ($I_x^w = 3$; $I_m^w = 2$; e $I_x^b = 2$; $I_m^b = 3$), sobre a quantidade de horas disponíveis para a produção de cada mercadoria, ou seja, 600 horas para as mercadorias X e para a mercadoria M.

Para justificar a abertura econômica destes países (W e B), Carvalho (2000, p. 7) destaca que: “parece claro que, para obter algum tipo de vantagem, cada nação deve concentrar seus esforços na produção do bem que consegue produzir em melhores condições”. Assim, temos que o país W (o resto do mundo) deve se especializar na produção da mercadoria M, pois este país detém maior produtividade na geração deste bem, o país B (Brasil) deve então especializar-se na produção do bem X, pois sua produtividade é superior a dos outros países no que tange a geração desta mercadoria. Com isso, os dois países irão utilizar-se das vantagens absolutas que dispõem.

Conforme Carvalho (2000, p. 7) “especialização significa alocar todas as unidades disponíveis de seu fator de produção relevante, o trabalho, na produção do bem em que esse fator é mais produtivo”. Ou seja, os países (W e B) através das vantagens absolutas que detêm aplicaram todo o tempo de seus recursos produtivos sobre apenas um bem. O país W irá trabalhar 1.200 horas para produzir o bem M e país B irá trabalhar 1.200 horas para produzir o bem X. Teremos então o seguinte resultado:

Quadro 4 – Produção e consumo com especialização e comércio

País	Produção			Consumo		
	X	M	Total	X	M	Total
W	-	600	600	300	300	600
B	600	-	600	300	300	600
Total	600	600	1200	600	600	1200

Fonte: CARVALHO, 2000, p.8.

A quantidade de bens produzidos apresentada no quadro acima é dada pela aplicação dos coeficientes técnicos de produção ($I_m^w = 2$ e $I_x^b = 2$), sobre a quantidade total de horas disponíveis para a produção das mercadorias que os dois países detinham (1.200 horas).

Comparando o Quadro 3 – Produção e consumo em autarquia, com o Quadro 4 – Produção e consumo com especialização e comércio, nota-se que a quantidade total produzida e consumida cresceu, no exemplo, 20%.

A simples comparação desses resultados (...) indica que a produção total dos dois bens aumentou de 1.000 para 1.200 unidades. Isso ocorreu devido à especialização. Se a produção total aumentou, o consumo pode ser maior nos dois países ou, pelo menos, em um deles. O aumento nas quantidades consumidas dos bens concretiza o que se denomina benefícios do comércio ou ganhos do comércio (CARVALHO, 2000, p. 8).

Com este crescimento proporcionado pela especialização e pelo comércio podemos identificar que o bem estar social também aumenta, pois o país B teve acesso a mais 100 unidades do bem M, e o país W aumentou seu consumo em 100 unidades da mercadoria X. Dado a relação de oferta e demanda, é possível dizer que as famílias passaram a consumir estes bens a custos menores e que este seja o grande benefício social causado pelo comércio internacional.

Conforme Carmo (2006):

No entanto, além dessa troca oferecer vantagens no tocante à produção permitirá que a sociedade possa consumir um produto importado a custos inferiores ao produzido internamente, ou seja, ao se especializarem e intensificarem a produção dos itens para o qual possuam vantagens absolutas, esses países podem aumentar o consumo do país, pois utilizaram os recursos disponíveis para a produção do item com menor custo de oportunidade (CARMO, 2006, p.5).

Não é possível usufruir da teoria das vantagens absolutas, estipulada por Smith, sem que haja a garantia do livre comércio que também foi defendido por este clássico. Conforme Maia (2003):

Essa é a teoria das vantagens absolutas e merece as seguintes críticas:

- Adam Smith considerou que os preços eram determinados principalmente pela quantidade de horas utilizadas (mão-de-obra) durante a produção. Na verdade, o custo das mercadorias é consequência de três fatores: natureza (matéria-prima), trabalho (mão-de-obra) e capital (investimentos, inclusive Know-how);

- Adam Smith partiu do princípio de que cada país tem sempre vantagem absoluta em algum produto. Como ficaria se uma nação não tivesse vantagem absoluta em nenhum produto? Quem nos tenta dar essa resposta é David Ricardo, com a Teoria da Vantagem Comparativa (MAIA, 2003, p.347).

3.4. VANTAGENS COMPARATIVAS – DAVID RICARDO

Utilizando a proposta de Soares (2004), vamos transcorrer por uma análise intuitiva de vantagens comparativas. Suponhamos que em uma cidade existe apenas um dentista, e que este dentista também tem habilidades para elaborar próteses, porém nesta cidade existe um protético que presta serviços para o dentista. Cabe destacarmos que um dentista pode ser protético, mas um protético não pode ser dentista.

O dentista possui vantagens absolutas sobre o protético, pois ele demora menos tempo para produzir uma prótese do que o próprio protético. É necessário ressaltar que o dentista é único e não tem possibilidade de executar seu trabalho como dentista e protético ao mesmo tempo, dado as limitações físicas e também naturais.

Então, o dentista deve definir qual será a atividade que irá se especializar, e dedicar o seu tempo de forma mais intensa. Para a escolha de qual será a especialização do dentista, o mesmo deverá relacionar e comparar qual atividade lhe proporciona maior vantagem e melhor retorno, ou seja, qual é a atividade mais rentável. Essa comparação é denominada por David Ricardo de vantagens comparativas.

Conforme Soares (2004):

Esse exemplo dá uma noção intuitiva da diferença entre as vantagens absolutas e as relativas. Smith disse que, dados dois países e dois produtos, se cada país se especializasse na produção dos bens que pudesse produzir com menos horas de trabalho, o comércio internacional traria vantagens para ambos. Ricardo generalizou esse conceito e afirmou que, mesmo que um dos países seja mais eficiente na produção dos dois bens comparativamente ao outro, ainda assim o comércio internacional traria benefícios para os dois países se cada um se especializasse na

produção dos bens e que fosse mais eficiente em relação ao outro. (SOARES, 2004, p.34)

Para facilitar o entendimento da comparação apresentado no exemplo do dentista, proposto por Soares (2004). Devemos citar os custos de oportunidade. Estes custos são variáveis contidas na escolha realizada pelo dentista, pois, ele analisou se seria viável deixar de atender N clientes em detrimento da produção de N próteses. Mas, analisando e comparando a perda de um com o ganho de outro, viu que o custo de oportunidade, em realizar a produção das próteses e não atender os clientes, não era vantajoso. Por isso, ele decide terceirizar os serviços do protético, mesmo que este oferecia vantagens absolutas menores. Na relação entre os atendimentos aos clientes e a produção de próteses, as vantagens comparativas proporcionaram ao dentista que a melhor opção era a de manter seu atendimento aos clientes.

Segundo Magnoli (2066) a diferença dos custos de oportunidade abre a possibilidade do comércio beneficiar os agentes de forma bilateral. Diz o autor:

O fundamento da teoria das vantagens comparativas é que o comércio internacional permite a cada país se especializar nos produtos em que detém vantagem comparativa. Um país tem vantagem comparativa na produção de determinado bem quando o custo de oportunidade da produção desse bem nesse país é menor, em termos da produção de outros bens, do que nos demais países (MAGNOLI, 2006, p. 114).

A fim de relatar as diferenças dos custos de oportunidade determinados em países distintos, o pensador clássico, David Ricardo, publicou sua obra, Princípios de economia política e tributação em 1817. Conforme Soares (2004):

David Ricardo aprofundou a teoria das vantagens absolutas elaborada por Adam Smith ao demonstrar que dois países, A e B, teriam vantagens mútuas quando se especializassem na produção dos bens X e Y, respectivamente, ainda que, por exemplo, o país A tivesse menores custos de produção medidos em horas de trabalho (vantagem absoluta) nos dois produtos em relação ao país B (SOARES, 2004, p. 35).

Com auxílio das discussões transcorridas até o momento, podemos notar de forma clara que Ricardo (1817) desenvolve sua teoria em um cenário onde determinado país é inferior ao outro quando analisado as vantagens absolutas destes dois países. Baseando-se no conceito teórico ricardiano, Vasconcellos (1998) apresenta um cenário onde os Estados Unidos mensalmente produzem mais milho e mais soja que o Brasil.

Quadro 5 – Produção mensal Estados Unidos x Brasil

País	Produto	
	Milho	Soja
Brasil	4	1
Estados Unidos	6	3

Fonte: VASCONCELLOS, 1998, p.473.

Observa-se no quadro acima, que os Estados Unidos obtém vantagem absoluta sobre o Brasil em ambos os produtos. Segundo Smith (apud, SOARES, 2004), o comércio internacional não seria vantajoso para as duas nações porque o Brasil não teria bens a custos competitivos para vender aos Estados Unidos.

Segundo Vasconcellos (1998), essa possibilidade é existente de acordo com a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, pois, considerando assim como Smith, que o principal fator produtivo é a mão de obra.

Segundo Vasconcellos (1998, p. 474): *“mesmo no caso de um país conseguir produzir melhor os dois produtos, ainda vale a pena se especializar naquele em que tem uma vantagem maior”* observa-se então que para os Estados Unidos é viável a maximização dos custos de oportunidade contidos neste exemplo. Afim desta maximização, o ideal é que os Estados Unidos aloquem seus recursos produtivos (mão de obra) da produção de milho para a produção de soja. Isso porque a tonelada de milho nos Estados Unidos custa 50% da tonelada de soja, ou seja, para se produzir 1 tonelada de soja a mais é necessário abdicar-se da produção de duas toneladas de milho.

Quando se relaciona a produção de soja com a produção de milho no Brasil, observa-se que a relação entre uma tonelada de milho e uma tonelada de soja é igual a 25%, ou seja, uma tonelada de milho neste país equivale a 25% de uma tonelada de soja, logo, para obter uma tonelada de soja a mais no Brasil é necessário se abdicar de 4 toneladas de milho.

Dado as relações acima, Vasconcellos (1998, p. 474) define que *“ambos os países serão beneficiados se os Estados Unidos se dedicarem à produção do bem em que este tem uma vantagem comparativa maior, ou seja, a soja”*.

Para quantificar este benefício bilateral supõe-se que a troca entre o Brasil e os Estados Unidos ocorrerá por um “preço de equilíbrio” de três toneladas

de milho por uma tonelada de soja. Assim o Brasil e os Estados Unidos obtêm ganho de uma tonelada de milho, pois no mercado interno o Brasil necessitaria de quatro toneladas de milho para adquirir uma tonelada de soja, e os Estados Unidos abririam mão de duas toneladas de milho para produzirem uma tonelada de soja.

Quadro 6 – Análise do comércio internacional no modelo ricardiano

Fase 1 Autarquia	Dois países produzem apenas dois bens.
	Cada país produz um pouco de cada bem.
	O trabalho é o único fator de produção e possui completa mobilidade doméstica.
	As tecnologias de produção são diferentes.
	Um dos países possui vantagens absolutas em ambos os bens, mas cada país detém vantagem relativa em um dos bens.
	Não há custos de transporte.
Fase 2 Livre Comércio	A diferença inicial de custos relativos estimula o comércio.
	As tecnologias diferentes causam diferentes preços relativos entre os países.
	As diferenças de preços levam as empresas a buscar os mercados em que o preço é maior. Como não há custos de transporte internacional, maior preço implica maior lucro.
	Cada país exporta o bem em que detém vantagem comparativa e importa o bem no qual não detém vantagem relativa.
Fase 3 Resultados do livre comércio	Especialização na produção de bens em que o país detém vantagem relativa.
	Como essa indústria possui maior profundidade, e os salários são baseados nela, ocorre um aumento da renda dos trabalhadores nos dois países.
	Os preços tornam-se iguais nos dois países porque se importa o bem em que não se detém vantagem e se exporta aquele que traz vantagem comparativa.
	Aumento do bem-estar nos dois países em função do aumento da renda.

Fonte: SOARES, 2004, p. 37.

3.5. IMPORTAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1999 A 2013

Silva (1991, p.19) busca determinar o motivo pelo qual países se relacionam, fazendo em sua obra a seguinte pergunta: *“Por que os países mantêm relações comerciais entre si?”* e destaca como principais respostas:

- Para adquirir bens e serviços que não possuem e nem tem condições de produzir, como é o caso de minérios básicos para a produção industrial, ou de produtos agropecuários cuja produção depende das características do solo e do clima.
- Para obter no exterior, a custos menores do que produzindo internamente, inúmeros produtos de consumo corrente no país.
- Para exportar bens que produzir além de suas necessidades, o que permitirá o pagamento das importações (SILVA 1991, p.19).

Na tabela abaixo apresentamos as importações totais do período de 1999 a 2013.

Tabela 1 - Importações brasileiras

Ano	IMPORTAÇÃO	
	US\$ F.O.B	Var% (*)
1999	49.301.557.692,00	-
2000	55.850.663.138,00	13,28
2001	55.601.758.416,00	-0,45
2002	47.242.654.199,00	-15,03
2003	48.325.566.630,00	2,29
2004	62.835.615.629,00	30,03
2005	73.600.375.672,00	17,13
2006	91.350.840.805,00	24,12
2007	120.617.446.250,00	32,04
2008	172.984.767.614,00	43,42
2009	127.722.342.988,00	-26,17
2010	181.768.427.438,00	42,32
2011	226.246.755.801,00	24,47
2012	223.183.476.643,00	-1,35
2013	239.634.090.082,00	7,37

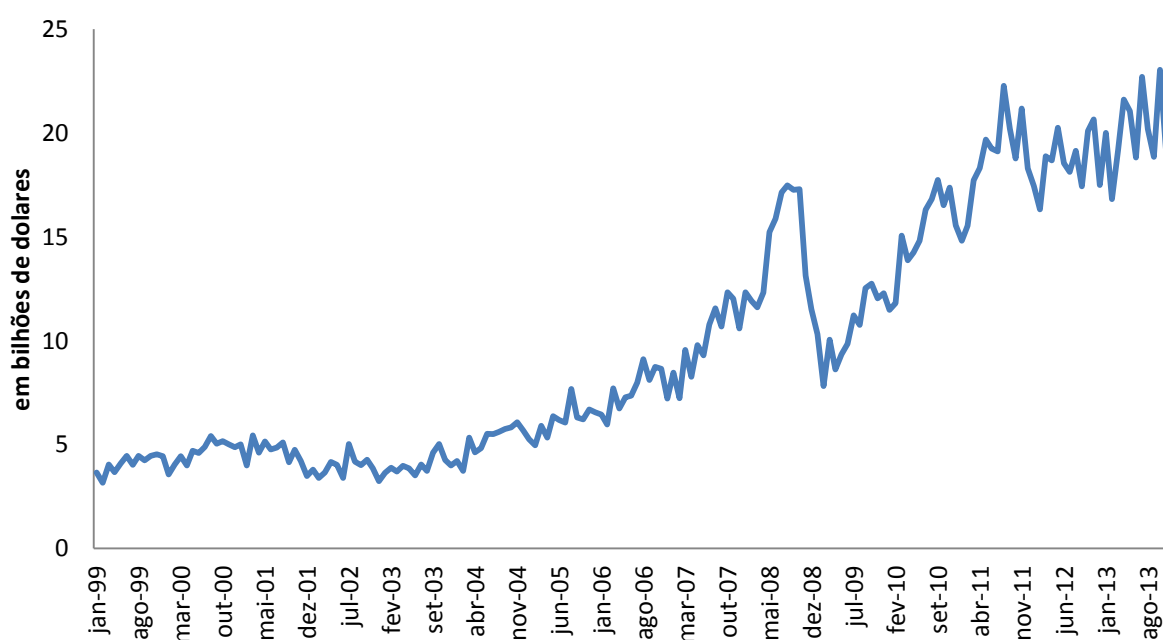
(*) VAR % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal = Sobre o mês anterior.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Elaborado: pelo autor

De acordo com a tabela acima, a importação brasileira segue um crescimento constante, nas quatorze variações apresentadas na tabela apenas duas tiveram redução significativa, foram nos anos de 2002 em comparação com 2001 e em 2009 em comparação com 2008, essas reduções foram de 15,03% e 26,17%, respectivamente. Os anos de 2001 e 2012 também manifestaram queda em seu volume de importação, mas devido ao baixo valor percentual, podemos considerar que houve uma manutenção do volume importado de um ano para o outro. Nos demais períodos, a variação percentual se mostrou significativamente positiva, os destaques deste crescimento são os anos de 2008 e 2010 onde a variação foi superior a 40 pontos percentuais.

Comparando a variação bruta do período analisado observa-se que houve um crescimento de 386% no volume de importação, onde o valor saltou de UU\$ 49.301.557.692, em 1999, para UU\$ 239.634.090.082 em 2013.

Figura 4 – Gráfico: Importação mensal brasileira – 1999 a 2013



Fonte: Advanced Financial Network (ADVFN). Elaborado: pelo autor

De acordo com o gráfico acima, é possível destacar que no decorrer do ano há constante oscilação durante os doze meses que compõe este período.

Cabe ser destacado que a partir de 2008 essas oscilações mensais se intensificaram. A imagem do gráfico torna nítido o constante crescimento do volume

importado, até 2008 este ritmo era menos intenso, mas deste ano para frente houve uma maior intensidade na demanda internacional.

4. ANÁLISE DA ELASTICIDADE ENTRE TAXA DE CÂMBIO E IMPORTAÇÃO

“Todavia, é importante saber que quanto maior a diversificação do comércio exterior do país, quer com relação a produtos, quer com relação a mercados, a oferta e a procura de divisas serão mais elásticas; quanto maior a concentração, menos elásticas elas serão” (SILVA, 1991, p.100).

4.1. CONCEITO DE ELASTICIDADE

Para identificar relação entre as variações cambiais e as variações do volume de importação, será utilizado o conceito de elasticidade, Cunha (2000, p. 57) define que *“a elasticidade mede a proporcionalidade existente entre as variações que ocorrem nas quantidades e as variações provocadas em um fator qualquer, permanecendo todos os demais fatores constantes”*.

Conforme Viceconti (2000):

Na teoria econômica, o termo elasticidade significa sensibilidade. Assim, em economia, quando se afirma que a demanda do bem X é elástica em relação a seu preço, o que se pretende dizer é que os consumidores do bem X são sensíveis a alterações de seu preço; caso este aumente, por exemplo, os consumidores diminuirão de forma significativa a quantidade procurada do bem X.

Ao reverso, quando se afirma que a demanda do bem X é inelástica, quer-se dizer que os consumidores do bem X mudarão muito pouco a sua quantidade procurada mesmo que o preço se eleve substancialmente (VICECONTI, 2000, p. 45).

Dado que *“o importador ao fazer compras no exterior leva em consideração o preço da mercadoria em moeda estrangeira e o preço desta, em termos de moeda nacional a fim de determinar o custo da importação” (SILVA, 1991.p. 98)*, é possível relacionar de forma empírica que a elevação da taxa de câmbio impacta negativamente no volume de demanda por mercadorias internacionais, isso porque, em *“ceteris paribus (isto é, mantidas inalteradas todas as demais condições), quanto mais se elevam os preços de um produto qualquer, menores serão as quantidades, por período de tempo, que os consumidores estarão dispostos e aptos a adquirir”*. (ROSSETTI, 1988, p. 232)

De acordo com o exposto, define-se que as variações cambiais serão tidas como as variações dos preços das mercadorias internacionais, e a variação da

importação brasileira (FOB-US\$) serão tidas como a variação da quantidade. Segundo Cunha (2000):

Quando definimos o fator variável que irá ser observado (ou controlado), esse fator “empresta” o nome à elasticidade. Por exemplo, se estivermos analisando a influência do preço sobre as quantidades, a elasticidade chama-se elasticidade-preço. Se estivermos aplicando esta análise sobre a função de demanda o nome da elasticidade será de elasticidade-demanda-preço (CUNHA, 2000, p. 57).

Abordando a ideia de Cunha (2000) com o objetivo deste trabalho, se faz necessário uma análise sobre a elasticidade-câmbio-importação. Para que assim sejam identificados quais são os impactos da elevação da taxa de câmbio (preço) sobre o volume de importação (demanda). O trabalho transcorrerá pela relação entre preço e demanda, também conhecida como elasticidade-preço-demanda. Cunha (2000, p. 3) conceitua demanda como sendo “*as várias quantidades de um bem ou serviço econômico que o consumidor estará disposto a retirar do mercado, a um certo instante de tempo qualquer, sendo conhecido o preço*”.

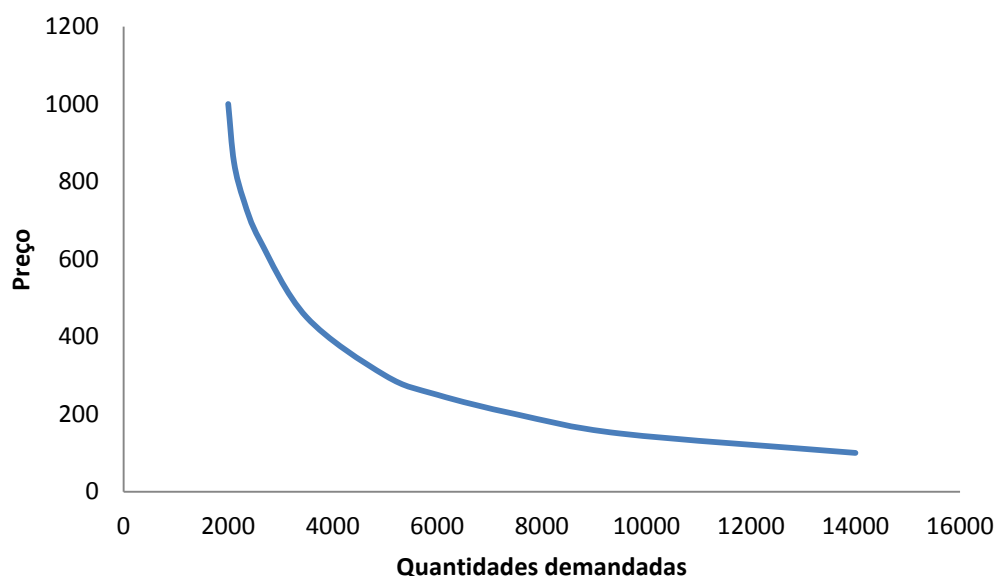
Conforme aponta Vasconcellos (1988):

A teoria da demanda é derivada de hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens que seu orçamento permite adquirir. O que se almeja é explicar o processo de escolha do consumidor perante as diversas alternativas existentes. Tendo um orçamento limitado, o que quer dizer, um dado nível de renda, o consumidor procurará distribuir este seu orçamento (renda) entre os diversos bens e serviços de forma a alcançar a melhor combinação possível, ou seja, aquela que lhe trarão maior nível de satisfação (VASCONCELLOS, 1998, p. 109).

De acordo com Cunha (2000) a quantidade demanda relaciona-se com o preço do produto e com a renda do consumidor. De forma empírica, onde as condições permaneçam estáveis (*ceteris paribus*), um aumento no preço poderá influenciar negativamente sobre a quantidade demanda e, o inverso é se faz verdadeiro, ou seja, quando o preço for reduzido à quantidade demanda poderá ser impactada positivamente. De acordo com esta condição estável, a relação preço e demanda é explicada de forma inversamente proporcional.

Conforme o exposto, a relação preço-demanda pode ser apresentada em um sistema cartesiano onde; o preço é demonstrado no eixo vertical e no eixo horizontal temos a quantidade demandada, este sistema cartesiano terá como produto final uma curva descendente, pois, a inclinação desta curva é “*resultante do princípio geral já definido: quanto maiores os preços, menores serão as correspondentes quantidades procuradas (ROSSETTI, 1988, p. 230)*”.

Figura 5 – Gráfico: Curva típica de Demanda



Fonte: ROSSETTI 1988, p. 231. Elaborado: pelo autor

De acordo com a Figura 5, evidenciase que quanto maior o preço de uma mercadoria, menor é a procura, ou seja, a relação preço-demanda é caracterizada de forma inversamente proporcional, onde a elevação de uma variável causa à redução da outra. Com base nos números do gráfico identifica-se que ao preço de 1.000 unidades monetárias (u.m) a quantidade demanda é de 2.000 itens, com a redução do preço para 200 u.m ocorrerá uma elevação na quantidade demandada para 14.000 itens. Conforme diz o autor:

Como as quantidades procuradas (QP) dependem diretamente do nível dos preços (P), podemos dizer que há uma relação funcional de dependência entre as variáveis QP e P. Essa relação pode ser expressa matematicamente por uma função elemental, cuja notação é dada por: $QP = f(P)$ (ROSSETTI, 1988, p. 230).

A notação apresentada no trecho acima tem como finalidade caracterizar a relação de dependência entre preço e demanda. Segundo Cunha (2000, p. 11) “entre todos os fatores que podem afetar uma função demanda, o preço do produto é sem dúvida o mais importante”.

De acordo com Vasconcellos (1998, p. 120) elasticidade preço-demanda “é a variação percentual de quantidade procurada do bem x, para cada unidade de variação percentual no preço do bem x”. Ainda segundo Vasconcellos, a relação percentual é à medida que melhor apresenta a sensibilidade da demanda em razão ao preço do bem, pois, se a medida fosse apresentada por outro tipo de

unidade, por exemplo, a monetária, a razão de um aumento de 10,00 reais no quilo da batata deveria ser igual a um aumento de 10,00 reais em um automóvel, porém a proporção de 10,00 reais sobre um automóvel é irrisório, mas sobre o quilo da batata é expressivo. Desta forma, identifica-se que a batata é mais sensível a um aumento desta magnitude monetário do que o automóvel, mas se a relação se der em termos percentuais, proporcionará a identificação de qual é a relação de um aumento de x% sobre as duas mercadorias, assim teremos a sensibilidade dos bens em relação ao preço.

Esses diferentes graus de sensibilidade podem ser quantificados através do conceito formal da elasticidade-preço da procura. Em sua mais simples expressão conceitual, essa elasticidade-preço é a relação existente entre as modificações relativas (ou percentuais) observadas nas quantidades procuradas, decorrentes de alterações relativas (ou percentuais) introduzidas nos preços. Assim, para uma abordagem simples de questão, podemos considerar que a elasticidade-preço da procura (ϵ) em determinado ponto da curva pode ser aproximadamente medida pela seguinte expressão:

$$\epsilon = \frac{\text{Modificação porcentual da quantidade procurada}}{\text{Modificação porcentual do preço}} \quad (\text{ROSSETTI, 1988, p. 236}).$$

Segundo Viceconti (2000), por convenção, o resultado obtido através do cálculo de elasticidade é considerado pelos valores absolutos do coeficiente. De acordo com a convenção, estes valores absolutos expressão:

- maior que 1, a demanda do bem é considerada elástica em relação a seu preço;
- menor que 1, a demanda do bem é considerada inelástica em relação a seu preço;
- igual a 1, a demanda do bem apresenta elasticidade unitária em relação ao preço (VICECONTI, 2000, p. 46).

4.2. CÁLCULO DA ELASTICIDADE-CÂMBIO-IMPORTAÇÃO DO PERÍODO DE 1999 A 2013

A elasticidade é uma teoria comparada a uma ferramenta que pode ser utilizada em economia e que é empregada tanto na demanda como na oferta e, também, na produção.

Sempre que observamos as variações que ocorrem nas quantidades demandadas ou ofertadas de um produto qualquer, estas podem ser relacionadas com um fator que está exercendo influência sobre a demanda ou sobre a oferta (CUNHA, 2000, p. 56).

Com o objetivo de identificar qual o impacto da variação cambial sobre a importação brasileira, será calculada a elasticidade entre tais variáveis. Para a realização deste cálculo será utilizado à fórmula de elasticidade-preço-demanda apresentada por Cunha (2000, p. 57).

$$\epsilon_p = \frac{\frac{\Delta q}{q}}{\frac{\Delta p}{p}}$$

Onde:

ϵ_p = elasticidade-preço.

q = quantidade inicial demandada.

p = preço inicial.

Δq = variação % da quantidade demandada (Q2 – Q1)

Δp = variação % do preço (P2 – P1)

Após a análise e desenvolvimento dos cálculos, conhece os seguintes resultados:

Tabela 2 - Cálculo anual da elasticidade-importação-câmbio

Data	Taxa cambial R\$/US\$ Média	Var% Câmbio	Importações FOB - (em milhares US\$)	Var% Importação	$\epsilon = \frac{\Delta\% \text{ Importação}}{\Delta\% \text{ Câmbio}} (*)$
1999	1,81	-	49.210,31	-	-
2000	1,83	0,85312%	55.783,34	13,35702%	15,65669477
2001	2,35	28,43679%	55.572,18	-0,37855%	0,013311865
2002	2,92	24,28961%	47.240,49	-14,99255%	0,617241524
2003	3,08	5,38063%	48.290,22	2,22209%	0,412979969
2004	2,93	-4,95102%	62.834,70	30,11890%	6,083378554
2005	2,43	-16,77625%	73.605,51	17,14150%	1,021771756
2006	2,18	-10,64195%	91.350,84	24,10870%	2,265440831
2007	1,95	-10,49345%	120.617,45	32,03759%	3,053103013
2008	1,83	-5,81861%	173.106,69	43,51712%	7,478959609
2009	2,00	8,88881%	127.704,94	-26,22761%	2,950633348
2010	1,76	-11,88720%	181.768,43	42,33469%	3,561368198
2011	1,67	-4,84370%	226.246,76	24,46978%	5,051874699
2012	1,95	16,71270%	223.183,48	-1,35395%	0,081013557
2013	2,16	10,39124%	239.631,22	7,36960%	0,709213216

Fonte: Ipeadata. Elaborado: pelo autor

(*) cálculo realizado pelo autor

Tabela 3 - Cálculo da elasticidade-importação-câmbio do período

Data	Taxa cambial R\$/US\$ Média	Var% Câmbio	Importações FOB - (em milhares US\$)	Var% Importação	$\epsilon = \frac{\Delta\% \text{ Importação}}{\Delta\% \text{ Câmbio}} (*)$
1999	1,81	-	49.210,31	-	-
2013	2,16	18,91462%	239.631,22	386,95325%	20,457891

Fonte: IPEA data. Elaborado: pelo autor
 (*) cálculo realizado pelo autor

4.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO CÁLCULO ELASTICIDADE-CÂMBIO-IMPORTAÇÃO

De acordo com Viceconti (2000), se o resultado obtido no cálculo de elasticidade for maior que 1 a variável em análise se apresenta como elástica, caso o resultado do valor modular da elasticidade seja menor que 1 o bem analisado é considerado como inelástico, se a elasticidade calculada for igual a 1 haverá uma elasticidade unitária. Viceconti (2000) destaca que o “grau” de elasticidade significa o quão sensível é determinada variável em detrimento a variação de outra, ou seja, como se dá à resposta do volume de importação dado uma variação na taxa de câmbio.

Baseado neste conceito, o ano 2000, seria considerado um ano de alta elasticidade-câmbio-importação, porém este resultado é contrário ao conceito destacado no item 4.1 deste estudo, pois neste item é ressaltado que a relação preço versus quantidade demandada ocorre de forma inversamente proporcional, ou seja, quando um aumenta o outro reduz. No ano 2000 é possível identificar que a elasticidade de 15,6566 foi dada por uma relação diretamente proporcional, onde a elevação da taxa média de câmbio em 0,02 centavos de reais ocasionou uma elevação de US\$ 6.573.029,00 no valor total de importação (FOB – US\$).

Analisando os dois períodos seguintes, 2001 e 2002, é observado que a elasticidade-câmbio-importação, se comporta de acordo com o conceito apresentado no item 4.1, onde a elevação do preço causa uma redução na demanda e vice-versa.

Em 2001 houve uma expressiva variação no câmbio em comparação ao ano anterior, onde a taxa cambial saltou de R\$ 1,83 para R\$ 2,35, essa foi a maior elevação observada dentre os períodos analisados. Como consequência a variação na importação foi irrisória apresentando apenas uma redução de US\$ 211.166,00, a elasticidade deste período foi de 0,1333, assim temos que neste período houve uma baixa sensibilidade da demanda por bens internacionais, em relação à alta variação do dólar.

Em 2002 a elevação cambial seguiu a mesma tendência do ano anterior, a variação foi de R\$ 0,57, ou de 24,28%. O aumento da taxa de câmbio teve como reflexo uma redução da importação em US\$ 8.331.688,00, neste ano o grau de sensibilidade foi de 0,6172, dado este valor, ressalta-se que a relação foi elástica.

Comparando os resultados apresentados em 2003, é possível verificar que há, novamente, uma distorção entre os valores demonstrados na tabela e a teoria apresentada no item 4.1. Neste ano houve uma elevação de R\$ 0,12 na taxa cambial, mas a importação do período comparada ao período anterior também aumentou, alcançando uma variação de US\$ 1.049.728,00. A elasticidade encontrada neste ano foi de 0,4129.

Exceto 2013, os demais anos analisados comportaram-se conforme a orientação teórica do item 4.1, ou seja, houve uma relação inversamente proporcional entre a elevação do preço (câmbio) e a variação da quantidade (importação FOB-US\$).

Este comportamento em 2004 pode ser observado através da sensibilidade de 6,0833, esta foi calculada com base na variação cambial de menos R\$ 0,15 no período, e o acréscimo de US\$ 14.544.481,63 na importação. Com isso temos que a relação entre câmbio e importação foi altamente elástica em 2004.

Em 2005 a elasticidade foi próxima à unitária, pois o valor apresentado no cálculo foi de 1,0217, este grau de elasticidade foi resultado da redução da taxa de câmbio de 2004 para 2005 de R\$ 2,93 para R\$ 2,43, respectivamente. Essa redução na taxa cambial impactou a importação do mesmo período de forma a ocorrer uma elevação de US\$ 10.770.811,23.

Os anos de, 2006, 2007 e 2008 apresentaram reduções consecutivas na taxa cambial, respectivamente, -R\$ 0,26, -R\$ 0,23, -R\$ 0,11. Tais inclinações impulsionaram a elevação da importação em US\$ 17.745.331,95, US\$

29.266.605,45 e US\$ 52.489.244,25, respectivamente. A elasticidade-câmbio-importação desses anos foram as seguintes: 2006 – 2,2654; 2007 – 3,0531 e 2008 – 7,4789. Os três períodos demonstraram alto grau de sensibilidade.

As contínuas reduções da taxa de câmbio foram interrompidas em 2009, onde houve um aumento de R\$ 0,16, este aumento teve como consequência uma redução de US\$ 45.401.753,90 nas importações. A elasticidade-câmbio-importação identificada neste ano foi de 2,9506, o que demonstra alto nível de sensibilidade da importação em relação à taxa cambial.

A elevação da taxa de câmbio não se manteve em 2010, neste ano observa-se uma redução de R\$ 0,24 na taxa, em detrimento a essa redução é possível identificar a elevação de US\$ 54.063.490,84 no volume total de importação. Analisando a elasticidade-câmbio-importação deparamo-nos com o resultado de 3,5613, o que demonstram que a importação deste período foi sensível a redução da taxa cambial.

A redução da taxa cambial segue a tendência de 2010, e novamente em 2011, apresenta uma queda de R\$ 0,09. Com essa redução do câmbio observamos que o volume de importação elevou-se em US\$ 44.478.328,36, neste período a taxa de elasticidade foi de 5,0518, demonstrando novamente alta sensibilidade entre a demanda por mercadorias internacionais e o valor da moeda estrangeira.

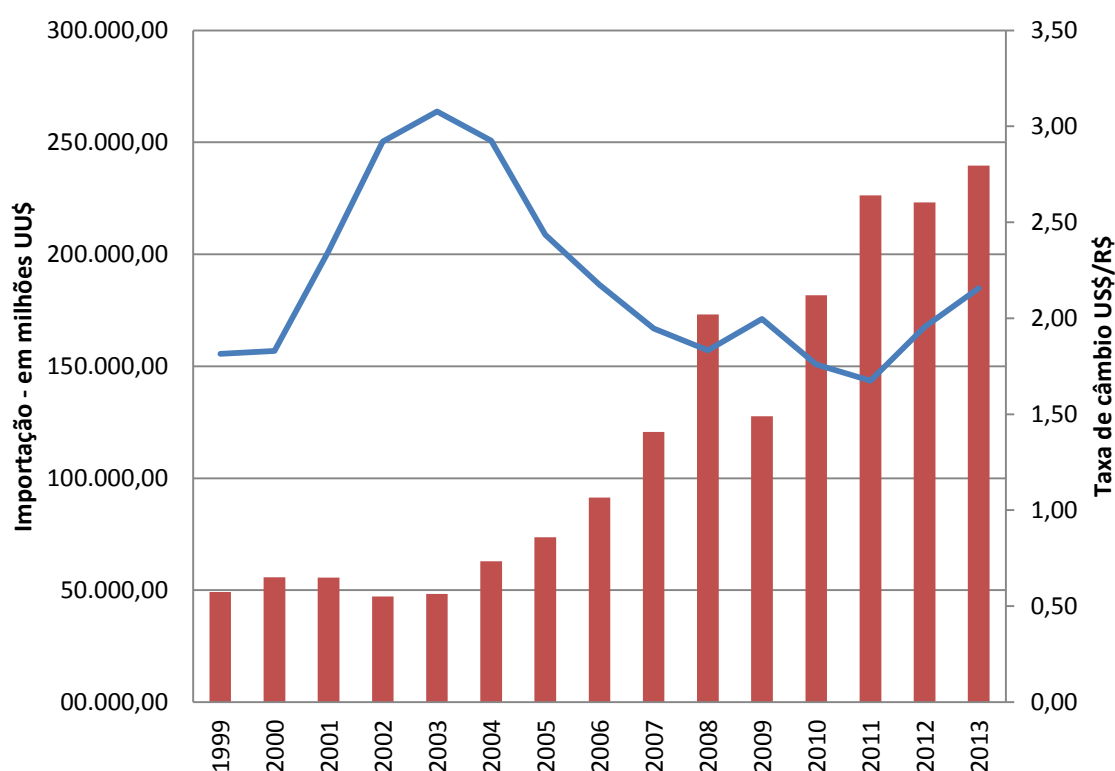
As variações do câmbio e da importação brasileira apresentaram em 2012 um resultado inelástico, isso porque, o valor calculado para esse coeficiente foi de 0,0810 neste período. Este resultado é reflexo da variação positiva do câmbio em R\$ 0,28, e a redução do volume de importação foi de apenas US\$ 3.063.279,16.

Em 2013 a relação entre câmbio e importação não seguiu a teoria dissertada no item 4.1 deste trabalho, pois houve elevação na taxa de câmbio em R\$ 0,20 e mesmo com essa variação positiva do câmbio a importação brasileira cresceu US\$ 16.447.739,78, a elasticidade apresentou resultado de 0,7092.

A fim de sintetizar as análises anuais descritas acima, ressaltamos que dos quinze períodos analisados (quatorze variações), oito variações foram consideradas como elásticas, apenas uma variação foi determinada como unitária e duas oscilações definimos como inelásticas. As demais variações (quatro) foram determinadas como inconclusivas, pois, não foram coerentes a teoria dissertada no item 4.1 deste estudo.

Para concluir as análises, vamos observar o gráfico abaixo, onde a curva apresentada pela variação da taxa de câmbio é comparada as barras que representam o volume de importação. Neste gráfico podemos novamente observar o que já foi destacado acima, ou seja, na maioria dos períodos quando o câmbio aumenta a importação “freia” seu ritmo de crescimento.

Figura 6 – Gráfico: Evolução da taxa de câmbio e da importação brasileira (1999 – 2013)



Fonte: Ipeadata. Elaborado: pelo autor

Segundo o gráfico, quando o dólar disparou, atingindo a ordem de R\$ 3,00, a importação do mesmo período diminuiu seu ritmo de crescimento, observa-se neste mesmo período que além do ritmo ser “freado” houve também queda no volume de importação. Conforme o dólar vai se contraindo a importação acelera novamente seguindo viés de alta, e em 2008 dado que o dólar atingiu seu menor patamar até então, a importação apresenta sua maior oscilação percentual positiva do período analisado.

Em 2009 podemos observar que um pequeno acréscimo no valor do câmbio ocasionou uma grande redução no total importado, os demais anos apresentam que conforme o câmbio se retrai a importação acelera seu ritmo,

quando o dólar volta a subir a importação recebe impactos negativos em seu crescimento.

Observando o cálculo da elasticidade-importação-câmbio do período total analisado, podemos identificar que novamente a teoria explanada no item 4.1 não se aplica a aos dados examinados. Pois, em 1999 o dólar valia 1,81 reais, em 2013 o dólar passou a valer 2,16 reais, crescimento de aproximadamente 19%, em contrapartida a este crescimento da taxa cambial, a importação brasileira saltou de 49MM de reais em 1999 para mais de 239MM de reais em 2013, deixando explícito seu crescimento de aproximadamente 387%.

Desta forma, podemos notar que a relação entre preço e demanda que deveria ser inversamente proporcional, conforme o item 4.1, ocorreu de fato de forma diretamente proporcional, onde houve uma elevação no preço e também uma elevação na demanda. Devido a essa discrepância, entre a teoria e os dados, a sensibilidade entre câmbio e importação torna-se inconclusiva, mesmo que o valor calculado seja de 20,4578, não podemos destacar que houve ou não sensibilidade de uma variável em relação à outra.

CONCLUSÃO

Como vimos à economia internacional evoluiu de forma disruptiva, pois passou de um mero mercado onde as trocas eram realizadas através do escambo, e tinham o intuito de suprir as necessidades básicas dos agentes envolvidos no processo, para um mercado integrado, onde as trocas passaram a oferecer vantagens, e isso aqueceu a ambição do homem, a tal ponto que tornou este mercado essencial para a manutenção da atividade econômica.

No mercado internacional os produtores ofertam seu excedente de forma a buscar mercado para os bens que produz, e conseqüentemente auferir lucro sobre a venda do mesmo, em contrapartida, as necessidades que ultrapassam a oferta nacional são supridas no mercado externo, onde há oferta do excedente produzido nos demais países. Assim, o comércio internacional tornou-se dinâmico, e para facilitar a relação entre agentes econômicos instalados em países distintos, foi definido que a troca ocorreria através do intermédio cambial, que consiste em ser a razão entre a moeda nacional e a moeda internacional, ou seja, o câmbio mensura quanto vale a moeda nacional em moeda estrangeira. Essa relação ocorre através do mecanismo de oferta e demanda.

A relação de troca entre os países é decorrente da obtenção de vantagens, conforme já tido, para Smith essas vantagens ocorreriam de forma absoluta, onde determinado país detém mais facilidade de produzir determinado bem em relação à produção do mesmo bem em outro país. David Ricardo, visualiza a obtenção de vantagem de forma mais analítica, relacionando assim, que mesmo que o país "A" produza o bem "X" de maneira mais eficiente (vantagem absoluta) que o país "B", o país "A" poderá optar por não produzir o bem "X", pois poderá estar sacrificando a produção do bem "Y" que o mesmo poderá produzir de maneira ainda mais vantajosa na comparação ao país "B", assim temos a teorização de Ricardo, onde o mesmo compara as vantagens e qual será a especialização que o país deverá seguir.

A obtenção de vantagens econômicas, seja absoluta ou comparativa, motivaram os produtores a se especializarem naquilo que detinham maior facilidade para produzir, e conseqüentemente, que ofereciam mais lucros. Assim temos que se cada país se especializar em determinado tipo de produção, será necessário que

haja uma relação de troca entre eles, para que todos possam suprir suas necessidades.

Assim, temos que a demanda internacional deve ser suprida através da aquisição de produtos importados, e como forma de pagamento devemos trocar a moeda nacional em moeda estrangeira, sendo o valor dessa troca estipulado pela taxa cambial, que conseqüentemente é estipulada pela oferta e demanda de moeda estrangeira.

Teoricamente é possível interpretar que às oscilações cambiais geram alguns impactos sobre a importação, pois, o preço é um dos grandes “adversários” da demanda. A fim de comprovar este viés teórico, relacionamos as oscilações das taxas de câmbio com as oscilações do volume de importação brasileira. Aplicamos esta relação nas variações ocorridas entre 1999 a 2013.

Alguns períodos apresentaram resultados que negam a interpretação teórica da relação preço-demanda. Na análise realizada sobre as oscilações do período como um todo, o resultado também negou a interpretação teórica.

Porém, a análise aplicada de forma anual demonstrou que a maioria dos períodos apresentou sensibilidade da importação em relação às oscilações da principal taxa de câmbio brasileira, o dólar. Isto significa que as variações cambiais causaram impactos inversamente proporcionais sobre a importação brasileira na maioria dos períodos analisados.

Com base nas fundamentações teóricas e nas análises contidas neste trabalho, conclui-se que o impacto das oscilações cambiais sobre a importação brasileira ocorrem de forma em que, o aumento do câmbio desestimula o consumo, logo a importação sofre uma queda em seu volume total, o inverso se dá da mesma forma, ou seja, uma redução da taxa cambial estimula a demanda por produtos estrangeiros o que faz a importação crescer.

REFERÊNCIAS

ADVANCED FINANCIAL NETWORK. Importação brasileira. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>. Acesso em: 20 out. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cotação: taxa de câmbio. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>. Acesso em: 10 set. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Mercado de câmbio – definições. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/mercCam.asp#15. Acesso em: 27 ago. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa de Câmbio. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?TAXCAMFAQ>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRAGA FILHO, Hélio. Estado e economia: do liberalismo econômico clássico à globalização neoliberal, 1. ed. Franca: Uni-Facef, 2008.

CARMO, Edgar Cândido do; MARIANO, Jefferson. Economia Internacional, 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA César Roberto Leite da. Economia Internacional, 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CUNHA, Fleury Cardoso da. Microeconomia: Teoria, Questões e Exercícios, 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

DIAS, Reginaldo (Org). Comércio Exterior: teoria e gestão, 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FALCON, Francisco. Mercantilismo e transição, 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAGNOLI, Demétrio; JUNIOR, Carlos Serapião. Comércio exterior e negócios internacionais, 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Henrique. Política monetária no Brasil: da teoria à prática, 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Importação brasileira. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>. Acesso em: 15 out. 2014.

NAVARRO R. F. A Evolução dos Materiais Revista Eletrônica de Materiais e Processos, Campina Grande, v.1, ISSN 1809-8797, p. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://cct.ufcg.edu.br/revista/index.php/REMAP/article/viewFile/6/36> . Acesso em: 30 jun. 2014.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: complicação e discussão das normas da ABNT, 4. ed. Franca: Uni-FACEF, 2013.

RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio, 11.ed. São Paulo: Lex Editora, 2010.

RIOS, José Arthur. A Tradição Mercantilista na Formação Brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, jul/set. 1972. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/85/2904>.

RORATTO, Renato Paulo. Comércio Exterior I: livro didático, 2.ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.

ROSA, Aurora S.. História do comércio internacional, 3.ed. São Paulo: Século XXI, 1982.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

SILVA, Aristides. Economia internacional: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SOARES, Claudio César. Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional, 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval de (Org). Manual de Economia, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

VICECONTI, Paulo Eduardo V.; NEVES Silvério das. Introdução à Economia, 4. ed. São Paulo: Frase Editora, 2000.

VIEIRA, Aquiles. Teoria e prática cambial: exportação e importação, 3.ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.